



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DO NATAL ILUMINADO 2024

DIA 31 DE OUTUBRO DE 2025

(a ata desta Sessão está disponível em <https://www.aracaju.se.leg.br/processo-legislativo/atas-das-sessoes/2025/comissoes-parlamentares-de-inquerito>)

PRESIDENTE: ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

RELATOR: PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

MEMBROS DA CPI PRESENTES: Camilo Daniel, Thannata da Equoterapia, Elber Batalha.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Sob a proteção de Deus e em nome do povo aracajuano, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que trata sobre o Natal Iluminado de 2024. Solicito ao meu caro e nobre relator, agora secretariando aqui, o Breno Garibalde, que faça a leitura da ata e, por conseguinte, a sua possível aprovação.

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Boa tarde a todos. Ata da 7ª Reunião Ordinária, Comissão Parlamentar de Inquérito, 44ª Legislatura, 30 de outubro de 2025. ([Lendo a Ata da última reunião](#)). Lida a ata da reunião anterior, senhor presidente.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

A ata está em apreciação. Não havendo quem queira alterá-la, ela está aprovada. Nós vamos então. Bruno Moraes, o senhor Bruno Moraes e a sua advogada,

nós queremos dizer antecipadamente que, assim como fizemos no dia de ontem, que a nossa intenção na constituição e na formatação da CPI é de ouvir e entender os fatos referentes ao Natal Iluminado 2024 e, em nenhum momento, nós queremos aqui atentar quanto à dignidade da pessoa humana ou muito menos vilipendiar ou tentar lamer a imagem de qualquer gestor. Longe de nós essa intenção vil de querer prejudicar a história de cada um das testemunhas que aqui estão. Então, temos tido aqui oitivas muito responsáveis e posso até dizer assim em um tom fraterno, um tom respeitoso, que eu acho que deve ser assim em todos os parlamentos. A verdade não impõe a guerra. A verdade impõe-se por si só. E é isso que nós queremos no dia de hoje. Então, passo a ler para Vossa Excelência e sua advogada as recomendações constituídas por essa Comissão, nos termos do artigo 58, inciso III da Constituição Federal. Artigo 58, parágrafo 3º da Constituição Federal: “As comissões parlamentares de inquérito possuem poderes de investigações próprias das autoridades judiciais e devem observar as garantias e direitos fundamentais assegurados pela Constituição da República”. Como testemunho, Vossa Senhoria tem um dever legal de dizer a verdade sobre todos os fatos de que tenha conhecimento, que estejam relacionados ao objeto desta investigação. O falso testemunho constitui crime previsto no artigo 342 do Código Penal, punido com reclusão, de dois a quatro anos, e multa, sem prejuízo, de outras sanções eventualmente aplicáveis. Ressalte-se, contudo, que Vossa Senhoria não é parte investigada neste procedimento e, portanto, não está sujeita ao direito ao silêncio quanto aos fatos alheios à própria conduta, mas poderá exercer tal direito para evitar a autoincriminação. Ainda assim é garantido o direito de ser acompanhado por advogado da sua confiança durante toda a oitiva, bem como o respeito à dignidade da pessoa humana e às garantias condicionais que regem o devido processo legal. Feitos esses esclarecimentos, esta Comissão solicita que Vossa Senhoria confirme compreender as advertências ora realizadas e, em seguida, relate de forma objetiva a sua relação com os fatos sob apuração para que possamos dar início formal ao testemunho. O senhor declara compreender o que foi lido nesse momento?

BRUNO PAIXÃO MORAES SANTOS - EX-PRESIDENTE DA EMSURB

Sim, declaro.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Por favor, o nome do senhor completo, o cargo que o senhor ocupou e por qual período? Na Emsurb.

BRUNO PAIXÃO MORAES SANTOS - EX-PRESIDENTE DA EMSURB

Eu me chamo Bruno da Paixão Moraes Santos. Eu ocupei o cargo de gerente administrativo no ano de 2017. Em 2018, eu assumi interinamente a diretoria operacional, de 2018 até 2022, onde, em 22, no mês de março, assumi como presidente interino, até o mês de... No dia 31 de outubro desse mesmo ano. Em 2023, fui... Recebi o convite para ser o presidente da Emsurb e, de 23 e 24, fui de forma presidente permanente...

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA - UNIÃO BRASIL

Obrigado. Nós vamos começar com as perguntas. Eu quero fazer as três primeiras perguntas. Se o senhor precisar... Eu até gostaria que desse uma cópia das perguntas à testemunha. A primeira pergunta, meu caro Bruno, é: qual era a necessidade urgente que levou o município a buscar esse serviço específico prestado pela Vasconcelos Santos LTDA? Segundo, que evento ou prazo crítico justificou a celeridade incomum deste processo de contratação, sobretudo considerando que o Natal possui data comemorativa fixa e previsível? Terceiro, nos anos anteriores, outra empresa prestava um serviço similar, o que o serviço dessa empresa anterior tinha de tão deficiente que justificou a troca abrupta da empresa e a não realização da licitação? Então, eu queria inverter a primeira pela segunda. Que evento ou prazo crítico justificou a celeridade incomum deste processo de contratação, sobretudo considerando que o Natal, ou seja, o que é que levou a Emsurb a praticar a inexigibilidade desse contrato, já que havia uma data, obviamente, o Natal, no dia 24, véspera; e 25 efetivamente Natal?

BRUNO PAIXÃO MORAES SANTOS - EX-PRESIDENTE DA EMSURB

Certo. Eu entendi a pergunta. Respondendo a pergunta número dois, a Emsurb desde que, desde 2021, salvo, acho que 2020, onde eu ainda não era o presidente, sempre entendeu, e isso está expresso nos pareceres, que a inexigibilidade era o ato administrativo correto para aquele fim. Haja vista que a gente sempre analisava - e aí eu falo 2023 e 2024 - sempre analisava os projetos que chegavam artísticos, porque a gente percebia que cada peça tinha sua produção individual e era analisada de forma individual; como também o cenário como um todo, de forma conjunta. Então, quando chegava para que a gente pudesse analisar, sempre se analisava a parte artística daquilo

que seria proposto como orçamento, para que a gente pudesse, ao aprovar, dar continuidade no processo. Então, era sempre submetido ao conjunto de advogados que a empresa tinha. Lá, era discutido, acredito que discutido de forma ampla entre eles, e saía o parecer de um advogado dizendo que era possível. Logo em seguida, esse parecer seguia o trâmite administrativo normal e ia também numa conferência final para o nosso setor de... Um setor que tínhamos, falhou agora o nome, que fazia análise de toda a estrutura documental da parte do processo, que tinha à frente até uma colega que esteve aqui já, que é a doutora Mariana, que é o controle interno. Depois dessa análise, de todo esse olhar administrativo, seguia para o processo do contrato como um todo. Partindo agora, o senhor quer escolher outra pergunta? Pronto. A terceira pergunta. Nos anos anteriores, outra empresa prestava um serviço similar. Existiu, nos anos anteriores, a única empresa que prestou o serviço se chamava, era do... Eu tenho aqui, deixa-me dar uma olhada. Era a Lumine Brasil. Essa Lumine Brasil, em 23, que foi 22, que foi 21, sempre apresentava o projeto de igual forma era, e a gente achava que só existia ela para essa atividade artística. Sempre se observava nesse sentido. E quando foi em 23, que era o meu primeiro ano de presidente, eu percebi que a empresa não era o que a gente tanto esperava, principalmente com a resposta para que se resolvesse pequenos problemas. Demoravam-se alguns dias para que aquilo fosse corrigido. Mas entendia também que causava naquele momento o anseio da Emsurb que fosse de pronto resolvido. Chamava-se a empresa e tinha dificuldade também de que ela de pronto aparecesse, de pronto resolvesse, até porque o proprietário não mora no Brasil. O proprietário, que é o responsável também técnico, ele mora nos Estados Unidos. Então, contactava-se o número dos Estados Unidos, aí ele ligava para o irmão que morava na Bahia e vinha, mesmo com uma empresa, um endereço fixo aqui, vinha da Bahia para poder resolver ou sanar o problema. E teve alguns episódios em 23, onde a gente teve que mudar a data de certa inauguração e passar para outro dia, porque, na hora de acender, os testes estavam dando tudo certo; na hora, não acendia. De momentos, recordo-me muito bem, no alto da Colina, que a gente procurava os funcionários, o evento acontecendo, e quem vai acender? E aí ligava para o proprietário pra ele ligar para o irmão, para o irmão vim mandar acender. Então, tinha essa angústia. Eu percebia que a empresa, embora entregasse o produto, não vinha acompanhando. Não sei se pela forma de eu exigir que as coisas acontecessem da forma certa. E eu procurei, eu procurei o empresário. Disse que para 2024 não poderia ser mais daquela forma, que a gente tinha que ter um cuidado, principalmente porque haveria uma ampliação. E aí, ao procurá-lo já em 24,

ele sinalizava para mim que ele estava tendo uma dificuldade, inclusive, de vir ao Brasil. Isso relatado, eu tenho inclusive mensagens dele enviadas para mim nesse sentido. E, quando, em meados do mês de março, desse mesmo ano de 24, eu, de tanto pressionar, ele chegou a informar pra mim que iria enviar orçamentos não do Natal Iluminado, ele queria fazer São João Iluminado, ele queria fazer o aniversário da cidade iluminada, ele queria fazer Páscoa Iluminada. E eu disse: rapaz, a gente precisa focar, porque esse ano o Natal vai ampliar. Depois disso ele sumiu, não atendia mais ligação minha; não respondia. E aí começou a criar a preocupação de se realmente essa empresa, que a gente considerava ser única de apresentar um projeto artístico, aonde acabava atendendo a necessidade daquele, se ela poderia de fato atender um trabalho um pouco maior. Na verdade, bem maior. E aí quando foi por volta do mês de julho para agosto, eu consegui contato com esse cidadão. Onde, também registrado, ele estava mais preocupado, e aí foi que foi cair a minha... fui entender, de fato, o que estava acontecendo, muito mais preocupado com a política. E aí, vereador, como eu não sou político, sou um cidadão, mas não sou filiado, não tinha esse olhar, não tenho esse olhar, de me preocupar com esse olhar da política. Eu sempre vim, sempre fui oriundo da área técnica, buscando entregar aquilo que era necessário para a cidade. E aí nessa ocasião eu fui perceber que ele estava preocupado no resultado de política. E aí eu disse a ele: infelizmente, eu não tenho como lhe garantir pagamento, garantir se dentro do ano, se você performar ou não, você irá receber. Então, não é dessa forma que a gestão, principalmente com a minha gestão, que eu vou tratar. E aí, mais uma vez, pedi para que ele comparecesse, e aí ele abriu para mim querendo que eu fizesse uma carta para que ele... Está registrado. Uma carta para que ele entregasse às autoridades americanas, porque ele estava com um problema com relação ao visto dele. Ele queria comprovar que ele tinha assuntos relacionados com o Brasil. Isso está aqui, está comigo, aonde ele pudesse vir sem ter prejuízo na sua saída. Mas, logo em seguida, isso aí já avançou, isso eu já estou falando final de agosto, início de agosto, meio de agosto, eu tive essa resposta. E aí eu disse: não tem como, temos que procurar outra empresa. Chegou a um limite que, se não contratar outra empresa, não teremos Natal. E aí me recordei de uma empresa, que eu tinha sido convidado pela Fecomércio, em 2023, que fez o Natal na Fausto Cardoso, pela empresa, pela fundação, a Fecomércio. Eu fui, acompanhei o Natal, foi muito bem feito o Natal, a exemplo do que a gente ouvia também dos natais no interior, que também eram feitos pela Fecomércio em algumas cidades. E eu fui procurar como chegar a essa empresa, como chegar a essa empresa. Liguei para

algumas pessoas da Fecomércio e aí consegui o contato, que era o contato da Fecomércio, para poder fazer com que a empresa viesse. Porque, até então, eu só conhecia a Vasconcelos, pesquisava na internet, mas era uma empresa de outro estado. Sabia que tinha prestado e prestado um bom serviço à Fecomércio no Centro e nos interiores. E estive presente, né? Então, eu confirmei que foi tudo bem instalado, vi a árvore que eles tinham, que era uma árvore de referência a altura, inclusive aqui ao lado, e consegui esse contato. Ao fazer esse contato, a empresa veio na pessoa do senhor Adonias. Logo em seguida, durante essa conversa que eu tive com ele, a minha preocupação era diante do prazo, onde eu tinha que passar para empresa o nosso projeto básico para que ela desse a devolutiva em orçamento e, principalmente, que é o que mais importa para Emsurb, é o projeto artístico, para ver como é que ficariam e configurariam os espaços públicos. Não é só você colocar uma bola de Natal. Não é. É o conjunto como um todo que é o que impacta, e é isso que a gente tinha: o que impacta o olhar das pessoas, o que impacta o coração das crianças e tinha todo um cuidado que aquele ano precisava aumentar, tinha tido uma necessidade no ano anterior que a gente não tinha percebido, mas que para 2024 precisava que eram brinquedos acessíveis para que as crianças pudessem, crianças que tinham deficiência, alguma limitação pudessem também usufruir. E aí a empresa veio, sinalizou dizendo que era possível enviar o orçamento. Eu pedi à empresa que eu ia passar para minha equipe o contato para que a equipe entrasse em contato, formalizasse o e-mail para que eles respondessem, e, caso não respondessem, a gente ia ter que ter um plano C, atrás de mais outra empresa. Mas sempre com o olhar que, por ser algo que precisava de uma análise de projetos artísticos, confecções, porque nada daquilo você conseguia encontrar numa empresa que vendesse diretamente. Cheguei até pensar: não, será que existe? Não existe. Teria que ser fabricado. Fabricado porque o prazo, além de estar passando, a necessidade de atender o anseio do bairro Industrial era grande, a necessidade de atender a região do Porto Dantas era enorme. A população ficava sempre, quando eu ia nas situações do bairro, dizendo: “Você esquece daqui, vocês esquecem dessa região, é porque aqui é pobre, a gente não tem o mesmo direito de quem frequenta a Orla de Atalaia, de quem frequenta a Orla Pôr do Sol”. E isso de fato foi o que me motivou para tentar a todo instante conseguir chegar no Lamarão, naquelas regiões mais distantes e aumentar também a possibilidade dos corredores, como a gente aumentou, para que a população pudesse ver e que a gente pudesse também, de forma antecipada, conseguir ajudar no processo turístico, impactando os turistas que vinham. Eu tinha ido a Fortaleza, nesse

mesmo ano, para conhecer um evento que aconteceu lá, que é a Corrida do Ironman. Eu vi um volume absurdo do turismo que aquele evento trazia e eu consegui enxergar a possibilidade de o Natal conseguir também contribuir com esse olhar, de trazer, fomentar e devolver, inclusive, os recursos através do ISS, através desses mecanismos de recolhimento de impostos. E assim foi feito. A Empresa Vasconcelos recebeu o e-mail, demorou a responder para quem estava aguardando o envio. Eu me recordo que a técnica, a gerente de contratos veio a mim, a senhora Thaciana e, nesse momento, eu disse: reenvie, se ela não responder, a gente tem que ir atrás de uma terceira empresa. E assim foi feito. Ela entrou em contato com a empresa, a empresa devolveu o orçamento, devolveu, trouxe o projeto artístico como um todo. Eu debrucei sobre o processo, já tinha tido um trabalho enorme, e assim é porque eu sou também um pouco inquieto, de abrir o sistema da Prefeitura de Aracaju, da Secretaria de Finanças, para mostrar à empresa que lá ela poderia verificar o metro quadrado da Orla de Atalaia, o metro quadrado da Orla Pôr do Sol, o metro quadrado da área da Praia Formosa, do bairro Industrial, que nunca tinha tido, para que a gente pudesse, em alguns pontos onde foi pensado, colocar também o Natal, onde a gente viu que eram famílias carentes, que precisavam também desse espírito do Natal. Um momento de felicidade naquele instante. E tínhamos que correr, porque tinham inúmeros eventos que a gente observava que estavam chegando, e esses eventos eu observava como possibilidades. Teve uma grande maratona também na época, tinha um projeto que tinha sido ampliado, que era o evento do Moto Fest e tinha o grande Pré-Caju, que se aproximava também e eu disse: não, vai ser a nossa cereja, o Pré-Caju, o Natal e o Ano Novo. Então, precisa que a cidade, principalmente, e eu frisei aos nossos fiscais, principalmente a nossa Orla, porque, quando o Pré-Caju passar e tiver os arcos iluminados, a árvore funcionando, mesmo que ainda não tenha sido inaugurada, as pessoas, mesmo antes do dia 15 de novembro, mesmo que foi a data do acendimento de diversos pontos da cidade, tudo vai estar ligado, tudo já vai estar sendo usufruído pela população. Então, foi isso que foi feito, foi isso que foi pensado. Se tiver alguma coisa que eu precise esclarecer mais, eu estou...

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Foi muito bom. O senhor fez uma introdução. Foi bom. Vamos, eu vou passar, o vereador Breno pediu para ficar por último, não é? Passar para, por ordem geográfica, para o vereador Elber Batalha.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Ainda bem que você não disse que era ordem de tamanho, que a gente ia brigar. Boa tarde, doutor Bruno. Doutora, como é o nome? Boa tarde, doutora Viviane. Doutor Bruno, como hoje já é o segundo dia, eu acho que algumas coisas ontem ficaram claras para mim. Havia várias dúvidas quanto a esse procedimento, os técnicos vieram aqui, a maioria deles de forma muito esclarecedora relatou qual era o... Vamos dizer assim, qual era o entendimento que a Emsurb teve, não só na sua gestão, mas anos anteriores, sobre que serviço era artístico, por isso o porquê da inexigibilidade e não teria correlação com a urgência. Mas dois pontos ainda para nós são necessários esclarecer. Acho que, para mim, pelo mesmo entendimento, tem dois pontos que são extremamente significativos. Primeiro, entendo que isso é uma escolha, é uma escolha, partindo do princípio que a inexigibilidade torna-se um projeto de cunho artístico e você escolhe o artista que vai pintar o quadro, que vai decorar Emsurb, que vai decorar o gabinete do prefeito. Mas, dentro desse contexto, eu queria entender o seguinte: quando vocês delimitaram essa questão, parece-me que houve uma pouca preocupação com o formalismo disso. Isso ficou muito evidenciado no depoimento ontem do Clóves Trindade. Entendemos e vimos no olhar aqui dos técnicos que eles não fizeram, pelo menos eu saí convencido que os técnicos não fizeram nada com intenções outras. Mas algumas confusões como documentos que deviam ser produzidos numa ordem cronológica para acelerar, feitos de outra forma. Por exemplo, no sistema, o Clóves recebeu a documentação para aprovar a capacidade técnica da Vasconcelos e levou 14 minutos para aprovar a capacidade técnica e nem sequer abriu os arquivos, que eram os documentos que atestavam essa capacidade técnica. Quando nós perguntamos por que foi feito aquilo, ele, num sentido meio assim, disse que era a pressa, que tinha um evento e falou que tinham vários eventos na cidade naquele momento e que esses vários eventos, a equipe era pequena, e tinha gente. Eu perguntei até se ele era quem fazia isso regularmente. Ele disse que não, que foi nesse caso específico. Eu queria que você esclarecesse para nós como você fez aí, tipo, dissertando mesmo, por que da pouca preocupação com essa formalização do que aparentemente o entendimento era da inexigibilidade, e, sendo inexigibilidade, o mínimo que podia se preocupar era com a forma. E eu acho que o outro ponto, que é o ponto fulcral, é essa questão da fonte pagadora, que aflige não só a gestão anterior como a gestão atual. Eu queria saber do senhor o seguinte: existia entendimento entre vocês, chegou a vocês naquela época a

notícia de que havia esse entendimento dos Tribunais de Contas, do Tribunal de Contas da União, do próprio STJ, que os recursos da COCIP não poderiam ser utilizados em iluminação decorativa? Ou se foi da lavra da Emsurb a opção de qual fonte pagadora seria utilizada para pagar. E, se não foi uma decisão da Emsurb, quem vincula essa fonte pagadora? Serão duas perguntas na prática. Somente isso eu queria saber.

BRUNO PAIXÃO MORAES SANTOS - EX-PRESIDENTE DA EMSURB

Com relação à COCIP que o senhor falou. A COCIP, ela, embora eu não sei se chegou aqui, doutor Breno, doutor Elber, eu não sei se chegou aqui pela Emsurb os pagamentos delas de outros eventos, a exemplo do Natal Iluminado de 23, não sei se chegou, mas, sempre, sempre que a gente solicita um recurso, quem decide e sempre quem decidiu é a Secretaria da Fazenda. Ela, com a Secretaria de Planejamento, discute o orçamento geral da prefeitura e encaminha os recursos de acordo com, no caso a Emsurb solicita com a nota devidamente atestada e de forma prévia ela informa junto também com, e aí eu não sei, nesse caso, se foi consultada direto à Secretaria de Planejamento, mas eu me recordo que toda e qualquer necessidade de recurso era consultado à Secretaria da Fazenda. O QDD, ele é uma necessidade que se faz de forma prévia, de um ano para o outro. Eu acredito que a atual gestão já deve estar até se preparando para apresentar o QDD no final de dezembro para que declare, dentro dos seus contratos, o que é que ela precisa de receita para executar no ano seguinte. Como em 23 a Secretaria da Fazenda alterou, mandando o recurso pra gente da COCIP, eu acredito que, como dentro de mim já era a COCIP, porque, na ocasião, chegou a informação que os recursos seriam da COCIP, eu, em nenhum momento, questioneei o secretário Jeferson de forma direta. Levei para o Conselho da Emsurb, porque lá também é tratada essa natureza. É tratado que vai vir um recurso, se esse recurso, principalmente que é um recurso que não depende somente de eu pedir, deve ter um trâmite interno até chegar à Secretaria da Fazenda, até porque o recolhimento da taxa de iluminação pública, que é o que origina a COCIP, não cai na conta da Emsurb, cai na conta, acho que da Seminfra. A Secretaria de Infraestrutura encaminha esse recurso, acho que para a Secretaria de Planejamento, vem para a Secretaria da Fazenda e ela decide de que forma ela vai dar o *enter*, para qual Secretaria e qual finalidade. Não é o inverso, não é a gente que escolhe de onde vem o recurso. A gente só informa a necessidade, aí gera a dotação orçamentária. Depois de gerar a dotação orçamentária, a gente, após o contrato iniciado e executado, com o atesto da nota, encaminha, dizendo:

o serviço foi realizado. Encaminha o recurso para pagamento. Não sei se eu me fiz ao senhor entender. É isso.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Na prática, deu para eu entender uma coisa. Posso citar porque já passou. A técnica Vera relatou isso para nós ontem, que, na verdade, na hora de fazer o empenho, ela ligou para a Seplog e perguntou à Seplog: “Qual vai ser a fonte?” E eles disseram que seria a COCIP.

BRUNO PAIXÃO MORAES SANTOS - EX-PRESIDENTE DA EMSURB

Mas eu levei pro Conselho.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Não, sim. Ela consultou que ela fez o empenho com a COCIP.

BRUNO PAIXÃO MORAES SANTOS - EX-PRESIDENTE DA EMSURB

Esse Conselho da Emsurb... Desculpe interromper o senhor. Eu fico falando, aí acelera. Nesse Conselho da Emsurb, tem como membros o presidente da Seminfra e o secretário da Seminfra, que é o presidente da Comissão. Tem como membro o secretário de Planejamento, o secretário de Finança, um dos membros é alguém do meio civil, que é a presidente do Sindicato dos Celetistas, que era a Noemi, na época. Tem como membro o presidente da Emsurb, mas não é o presidente da Emsurb que delibera como presidente do Conselho, e sim o presidente da Seminfra, porque é secretário. Então, com relação a isso, doutor Elber, ela pode sim ter ligado para a Secretaria.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Não. Eu queria saber, quando eu citei assim a fala dela, a fala dela não está sendo contraditória a sua não, está sendo consonante, mas eu citei a fala dela para lhe fazer uma pergunta. Você se recorda se no orçamento originário já veio falando que era recurso da COCIP ou se a Seplog fez um remanejamento quando vocês perguntaram? Você se recorda disso?

BRUNO PAIXÃO MORAES SANTOS - EX-PRESIDENTE DA EMSURB

Foi feito um remanejamento, porque a conta da Emsurb é zerada.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Não, eu não falo no dinheiro, no orçamento originariamente. Na previsão. Se já... Porque consta o Natal Iluminado da previsão orçamentária. Se, na previsão orçamentária, você se recorda...

BRUNO PAIXÃO MORAES SANTOS - EX-PRESIDENTE DA EMSURB

Não no volume que o orçamento final chega. Tem lá uma rubrica...

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Não. Certo. Eu queria lhe perguntar o seguinte: você se recorda se o Natal Iluminado de 2024, na previsão orçamentária, a fonte originária que aprovou aqui foi já a COCIP ou se essa alteração veio nessa consulta à Seplog?

BRUNO PAIXÃO MORAES SANTOS - EX-PRESIDENTE DA EMSURB

Não. Quando, de fato, teve a certeza que seria, a gerente de contratos consultou Vera; acho que a Thaciana consultou Vera, porque tem que colocar lá na previsão a informação no contrato. Vera já tinha consultado, no caso aí, como o senhor falou, a Seplog, e fez chegar essa informação textual, mas, até de fato a gente receber o recurso, pode ser alterado, como foi alterado em 2023. A gente tinha colocado a Fonte 1.500, e aí foi alterado e recebemos o recurso que a Secretaria da Fazenda encaminhou, que foi a COCIP.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Tá! Nesse período aí, Bruno, que estava essa discussão toda, não foi suscitado por ninguém. Eu lhe pergunto isso porque ontem surgiu um debate muito aqui sobre a função da Controladoria do Município. E eu fiz até um recorte elogioso à postura de Paulo Márcio gora. Porque me pareceu o depoimento da moça da Controladoria, na gestão passada, parece-me que eles faziam um controle de *checklist*. Eles não se aprofundavam em análises mais detidas. Eles tinham uma lista de documentos. Esse tipo de inexigibilidade são esses documentos. Eles não se detinham a esse fato. Então, acredito eu que, por isso, ninguém suscitou. Ninguém dessa Comissão, em nenhum momento, suscitou, nem da Seplog, nem da Sefaz, se era possível pagar isso com o recurso da COCIP? Nunca surgiu esse debate?

BRUNO PAIXÃO MORAES SANTOS - EX-PRESIDENTE DA EMSURB

Não, não. Até porque as funções e atribuições de cada setor, elas estão lá previstos no nosso Regulamento Interno. Sobre a Controladoria-Geral do Município, se ela falou algo desse tipo...

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Não. Da gestão passada não falou não. Eu digo isso porque a minha citação, para concluir, foi só a seguinte: a Controladoria dessa gestão se preocupou, apesar de que a gestão pagou, mesmo assim com o parecer da Controladoria, pagou também pela COCIP, mas pelo menos ele se preocupou em analisar essa questão. O que eu disse é o seguinte, e eu citei até que era uma postura da Controladoria anterior que não protegia os gestores, porque a função da Controladoria é proteger os colegas. Eu já fui secretário de estado e, quando eu tinha uma dúvida, eu ia para o controlador, eu posso fazer isso aqui? Se a análise fica de *checklist*, deixa vocês e o próprio prefeito expostos. Aí a minha pergunta era essa: a Controladoria naquela época não questionou nem suscitou se era possível pagar pela COCIP?

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Em ano algum? Em nenhum dos anos, em 2022, 2023?

BRUNO DA PAIXÃO MORAES SANTOS – EX- PRESIDENTE DA EMSURB

Não. Eu não sei em 22. Mas nem em 23, nem em 24. Mas estranha essa fala do senhor, porque, agora, em 25, eu recebi da Controladoria-Geral do município minhas contas avaliadas e não tem nenhuma irregularidade. Assinada em março desse ano. Então, eu tenho aqui a certidão. Então assim, eu não sei, porque como foi fim de gestão e acabou sendo analisados pela Controladoria do ano seguinte, os atos de 24, e foi analisado, porque não é à toa que saiu a certidão e está aqui se o senhor quiser depois...

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Assinado por essa gestão já?

BRUNO DA PAIXÃO MORAES SANTOS – EX- PRESIDENTE DA EMSURB

Sim, digital. Eu recebi. E está lá no site da prefeitura. Ainda essa semana eu fui lá consultar, está lá a informação. Então assim, não me trouxe e... Diante de uma análise, de um conjunto de entendimentos, onde uma nova gestão avalia a sua ação e emite uma certidão, eu fiquei até muito mais tranquilo também, porque foi um olhar imparcial. Foi um olhar de uma gestão da qual eu não faço parte.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Sobre aquela questão de Clóves, a outra pergunta. A pergunta que eu lhe fiz de Clóves foi o seguinte...

BRUNO DA PAIXÃO MORAES SANTOS – EX- PRESIDENTE DA EMSURB

Ó, desculpa.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Nós verificamos que houve um atropelamento no processo de formalização da inexigibilidade, no sentido de fazer um processo inteiro com a duração de poucos minutos, em algumas situações, sequer o técnico avaliando efetivamente os documentos que tinham sido acostados. O senhor teve conhecimento disso? Foi determinado que fosse feito assim, dessa forma a questão?

BRUNO DA PAIXÃO MORAES SANTOS – EX- PRESIDENTE DA EMSURB

Doutor Elber, o que eu me recordo? Eu não me recordo desse atropelamento. Eu me recordo que, quando chegou o orçamento, e que se tinha o anseio de analisar, ao receber o orçamento, as pessoas já sabiam os seus papéis. O papel do fiscal tinha que ser não mais um engenheiro só, porque se tratava de um grande aumento, precisava que tivesse outro profissional para se somar. E aí eu disse: não, tem que ser... Eu também disse: olha, tem que ser dois engenheiros, duas pessoas que possam percorrer toda essa cidade, que possam ter discernimento do que vai ser instalado, que entendam tecnicamente o que é cada equipamento que está sendo produzido, de que forma está sendo produzida, a bitola de dois tubos.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Entendi...

BRUNO DA PAIXÃO MORAES SANTOS – EX- PRESIDENTE DA EMSURB

Então, se houve, eu acredito que pode ser que eles tenham tido acesso às documentações que a Gercon recebeu, já começou o trâmite de analisar, e aí, na formalidade do ato, tenha sido um pouco mais, visualmente, mais rápido, mas teve uma preocupação. Os engenheiros receberam os orçamentos, desceram para comparar inclusive com 23, para saber qual era o ganho que teríamos com relação, não só a quantitativo, a comparar as fotos de como ficaria, se aquela... Eu lembro muito bem que

a gente ia ter uma quantidade muito grande nos postes de Aracaju. E a gestão, a minha gestão em 23, quando solicitou o orçamento, o tamanho que era do equipamento que ficava exposto no poste ficava, quando a pessoa vinha se aproximando, muito pequeno. Então, não tinha uma expressão do Natal. A gente pediu para aumentar o tamanho, aumentou parece que mais um metro, um metro quadrado a mais. E aí tinha que ter esse olhar, tinha que medir, tinha que acompanhar. E eu me recordo também que nesse trâmite eles estavam, chamaram-me em certo momento e disseram: “Olha, presidente, pode ficar tranquilo que o aumento é mais de três vezes mais”. Porque, claro, o orçamento, onde você recebe que é um determinado valor e você precisa atingir diversos bairros, mais de 15, acho que foram 15 bairros na cidade de Aracaju. Não tínhamos Praia Formosa. Só a Praia Formosa, o volume de material de solo, ela equiparava o contrato de 2023 quase que como um todo. Quando você chegava à Praia Formosa, no início lá das quadras, você já se impactava, ou na curva do Iate, já se impactava. Recebi ligações de moradores do outro lado da cidade dizendo: “O que é que está acontecendo na Praia Formosa?” Então, eu me recordo também da equipe da Coca-Cola, onde parou lá e tal, disse: “Rapaz, que negócio grandioso”. Então, são coisas que nos traziam certo orgulho. Eu que sou oriundo das Forças Armadas, que sempre tive esse cuidado de olhar para o erário, para as coisas públicas, que estava deixando, de fato, uma marca minha. Uma marca que até brincava: será que vão conseguir superar? Porque foi algo muito grandioso que foi pensado. Eu vi, vereador Elber, no bairro Industrial, que eu acho que é o bairro onde o senhor frequenta, e até fiquei triste. E eu acho que o senhor deve até interceder, que nesse novo não tem. As crianças vão ficar muito sentidas, porque me pediam para não deixar de ter mais, porque são crianças que não têm com o que brincar. Aquela Orla, eu recebia reclames da internet: “Ah, apagou”. E aí eu ligava para o fiscal: olha, veja aí no sistema. Porque tinha um sistema que eles controlavam o que estava aceso, acompanhavam e tinham, para o senhor ter uma ideia, era um batalhão executando a instalação. Eram dez caminhões elevatórios, cada caminhão com oito pessoas trabalhando, oitenta pessoas espalhadas por toda a cidade, nas avenidas, na Orla Pôr do Sol, na Orla do bairro Atalaia. No bairro Industrial, eu dizia: quando terminar tal lugar, desçam para o bairro Industrial. Tivemos que, eu me recordo também muito bem disso, de passar fornecimento de energia, porque não havia resistência elétrica, nem a Energisa conseguia de pronto sanar o fornecimento de energia, porque o volume de material que foi instalado em solo, a carga elétrica, mesmo você preparado para que aquilo acontecesse, o bairro não suportava e aí tinha que ter

esse olhar. Então, esse lado do Clóves, doutor, eu acho que foi o fato de ter analisado de forma informal todo o processo com a equipe dele de engenheiros e, quando estartou a possibilidade de ser iniciado, já está no trâmite.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Ok.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Tudo bem, Elber. Agora eu vou passar. Vereador Vinícius, estou sentindo que o senhor está ansioso. Eu vi o papel se movimentando serelepe. Com a palavra.

VINÍCIUS PORTO – PDT – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Boa tarde, Bruno. Boa tarde, doutora Viviane. Todos sabem da história de Bruno no serviço público. Um homem muito cuidadoso, um homem muito correto e honesto e isso me deixa bem tranquilo de estar aqui hoje, na sexta-feira, à tarde, tendo a oportunidade de vocês estarem aqui. Desde ontem que nós estamos fazendo perguntas aos técnicos que fizeram e outros que fizeram e fazem parte da gestão atual. Eu ressaltai algo importante, dizendo o seguinte: que houve poucas mudanças de profissionais na Emsurb durante os últimos oito anos. Disse que bom que os profissionais são extremamente preparados, que trabalharam durante os últimos oito anos naquela empresa e alguns ainda continuam porque prestaram, estão prestando um excelente serviço para a sociedade aracajuana. Algumas informações hoje, colocadas pelo senhor, foram colocadas ontem também por técnicos. Isso é muito bom. A gente saber que tudo aquilo que foi colocado ontem pelos técnicos hoje está sendo ratificado pelo presidente da Emsurb. Tem algumas situações aí que eu não sabia e o senhor colocou muito bem, que houve uma tentativa por parte da Emsurb, por parte da prefeitura, que a empresa de iluminação decorativa, que prestou serviço em Aracaju alguns anos atrás, continuasse prestando o serviço. Se por um acaso, se eu estiver errado, o senhor me corrija, se por um acaso a empresa tivesse em condições de prestar o serviço em 2024, essa seria a empresa que mais uma vez iria fazer a decoração de Natal. Não sei se ela teria a capacidade de ter um trabalho tão grandioso quanto foi o trabalho executado em 25, em 24, desculpe. Ela estava, essa empresa estava acostumada a prestar um serviço um pouco menor e foi o pedido da população aracajuana ao prefeito da época que ampliasse, não ficasse apenas reduzido ao Centro da cidade, ao bairro Jardins, a 13 de julho. Não. Que pudesse alcançar quase todo Aracaju. E aí foi uma proposta, uma ideia

que o prefeito teve de levar esses pontos para algo em torno de 15 locais da cidade de Aracaju, para que houvesse a iluminação, que o filho do pobre também tivesse a mesma oportunidade do filho do rico de ver a iluminação da cidade de Aracaju. Eu gostei muito quando o senhor colocou aqui que tudo isso foi feito e foi colocado para o Conselho decidir algumas questões. Isso é muito importante, porque ficava parecendo que é o senhor que tomou a decisão de forma unilateral. Não. Houve o cuidado por parte da presidência da Emsurb para que o secretário da Fazenda, do Planejamento, a Seminfra, o representante dos celetistas e o senhor também, que participou dessa reunião, dizendo: “Olha, nós vamos fazer o melhor Natal de Aracaju de todos os tempos. Algo que vai transformar Aracaju, que vai colocar Aracaju em outro...” Calma, eu tenho tempo. Deixa-me fazer meu preâmbulo. Vou fazer minhas perguntas ainda. “E transformar Aracaju cada vez mais em uma cidade em outro patamar, de forma decorativa, se aproximando de Gramado e de outros centros assim”. E aí essa CPI foi instaurada, inicialmente falava-se: “Ah, R\$ 10 milhões é muito dinheiro, como é que não se faz um processo licitatório com R\$ 10 milhões?” E ontem todos os técnicos, todos, todos eles disseram: “Primeiro, não se faz licitação porque é um processo artístico”. E aí você não tem como medir isso aí, esse valor. Segundo, foi dito por dois fiscais aqui, disseram: “Olha, nós fomos a campo, nós verificamos que a quantidade e a qualidade dos equipamentos foram bem superiores do que o ano de 23”. Isso tem que se colocar. Não é só a quantidade de pontos que foram aumentados, a qualidade também do material. E os dois técnicos, os dois, eles não sabiam o que eles iriam falar, e os dois disseram que os equipamentos, a qualidade dos equipamentos era bem superior à de 2023. Depois disseram o seguinte: “Ah, mas o contrato foi de R\$ 10 milhões, será que eles entregaram todos os equipamentos, colocaram todos os pontos de Aracaju, esses 15 pontos, tudo aquilo que está no contrato?” Eu perguntei aos dois: os senhores confirmam que tudo aquilo que está no contrato foi prestado, o serviço foi prestado, os dois em momentos distintos disseram: “Confirmando, nós visitamos todos os locais, nós fiscalizamos todos os locais para saber se efetivamente o que estava no papel foi colocado em prática”. Os dois disseram. Portanto, essa situação do valor que foi pago, essa situação se o serviço foi bem emprestado, já não tenho mais dúvida alguma, não tenho mais dúvida com relação a isso. A questão que está discutindo é se poderia ser pago através da COCIP ou não. Essa é a questão que está sendo analisada aqui, porque os valores e o serviço prestado, para mim, com o depoimento do presidente da Emsurb e dos técnicos, todas as informações estão se encontrando. Isso é muito bom, isso é muito

positivo, deixa-nos tranquilos aqui, porque ele é o técnico, mas assumiu um cargo político, e lá tinham técnicos também muito competentes que trabalharam nisso. Em nenhum momento, que foram consultados, foram interrogados ontem, ele disseram: “O modelo que nós utilizamos neste contrato foi o mesmo modelo utilizado em todos os outros contratos”. Não houve nenhum tipo de distinção. Então, Bruno, eu fico muito tranquilo com relação a isso. Para mim não é surpresa alguma. Eu conheço o seu trabalho, a sua dedicação, o seu empenho, a sua honestidade. Isso só faz ratificar tudo aquilo que eu penso. Sua fala até esse momento foi muito esclarecedora, porque ratificou tudo aquilo que sua equipe disse. Não houve contradição alguma até este momento. Eu estou satisfeito, senhor presidente, com a fala do Bruno.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Não tem perguntas? Eu vou passar mesmo assim para o Bruno.

BRUNO DA PAIXÃO MORAES SANTOS - EX-PRESIDENTE DA EMSURB

Essa Casa, muito me orgulha estar aqui. Eu nunca tive a oportunidade de estar aqui, presidente, para agradecer os elogios que eu recebi. Elogios esses na função de presidente, na função de diretor, sempre atendendo às necessidades do povo que chegavam por essa Casa. Então, sempre tinha em mim a vontade de não estar aqui dessa forma, mas, sim, poder, em público, agradecer. E tem um negócio que eu gostaria de dar conhecimento a todos vocês. Um serviço que é realizado na Emsurb é diferente de um serviço que é realizado em uma secretaria. Por quê? Para que vocês tenham essa informação dentro. R\$ 10 milhões, que seja um contrato na Emsurb, não são R\$ 10 milhões. São R\$ 9,5 milhões, porque 5% de tudo que está ali naquele contrato, tudo que for medido a ser pago, ele é recolhido para a Emsurb e volta para os cofres públicos, porque 5% é de administração da Emsurb. Então, já na Seminfra não tem isso. Se o valor for R\$ 10, será R\$ 10, até R\$ 10. É assim que eu sempre disse em meus contratos. Seja o contrato da limpeza pública, que era um contrato, seja o contrato desse, como é o Natal, é até R\$ 10, querido Vinícius. Por quê? Porque há sempre a possibilidade - não é isso que a gente espera - de não ter a plenitude do contrato, por diversas situações, que os fiscais, em relatório, até o dia 31 de dezembro, informaram-me que estava tudo de acordo. Então, quando se pagou os R\$ 4 milhões, doutor Breno, não foram R\$ 4 milhões, foram R\$ 3 milhões, eram R\$ 4 milhões menos R\$ 800 mil, porque é 5% de ISS, volta para a Secretaria da Fazenda, e 5% da Emsurb. Que a gente pode reutilizar isso pagando outros contratos. Então, é esse olhar que sempre é bom, quando é uma

empresa pública, que a gente se preocupa com o erário. Poderia ser feito em outra, como está sendo, mas, se fosse feito com o atual gestor da Emsurb, 5% de tudo aquilo que será o contrato voltaria para os cofres públicos, podendo ser utilizado em outros contratos. Então, eu acredito que é um ganho você sempre ter e valorizar a empresa pública que exerce uma atividade importante para a nossa cidade.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Vereador Milton Dantas.

MILTINHO DANTAS – PSD – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Boa tarde, senhor presidente. Boa tarde, doutor Bruno. Boa tarde, doutora Viviane e demais vereadores, membros dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, senhores e senhoras aqui presentes. Eu, senhor presidente, estou 90% contemplado com as perguntas do vereador Elber Batalha, do vereador Vinícius Porto. Quero colaborar também com as falas finais do vereador Vinícius em relação à idoneidade do doutor Bruno da Paixão, porque nós o conhecemos e todos nós conhecemos o seu trabalho, como foi desempenhado à frente da Emsurb. Mas queria discordar em parte da fala do vereador, em relação aos depoimentos de ontem, de uma pessoa apenas. O doutor Clóves, ontem, ele se embananou todo, na minha avaliação, no seu depoimento. Deixou muita coisa em dúvida. Não sei se por falta de conhecimento ou por esquecimento, como várias das vezes ele dizia que não se lembrava, apesar de ter passado seis anos exercendo o cargo de diretor administrativo e financeiro da empresa. Mas eu queria tirar só uma dúvida aqui com o Bruno, em relação à assinatura de vários contratos que constam o nome de um membro da comissão de licitação, o senhor Gervas de São Pedro, e que nenhum desses contratos ele assinou. Se teve algum motivo, alguma razão de ele não ter assinado esses contratos em relação, não estou aqui questionando, pode ter sido que ele tenha sido substituído, o nome dele tenha sido incluído, como foi dito aqui, em um documento que foi dado um parecer no dia 26 de setembro, onde constava no próprio documento que recebeu o documento no dia 13 de setembro, com 13 dias já tinha dado o parecer, antes mesmo de chegar a documentação. Mas, no todo, eu concordo com o Bruno, foi o melhor Natal Iluminado. Com certeza, Bruno, você deixou um legado para o nosso município, para o povo aracajuano, porque expandiu para toda a periferia. Se não me engano, foram 15 pontos, diferentemente do que era praticado nos anos anteriores. Mas a gente tem uma dúvida em relação à fonte pagadora da Empresa Vasconcelos, a fonte n.º 1751 da COCIP. Então, em todo momento, foi colocado que a

Seplog fez a orientação, foi esse o depoimento que nós ouvimos das meninas, ontem, das gerentes que aqui estiveram ontem. A Seplog fez essa orientação para que fosse, pudessem ser solicitados à Secretaria da Fazenda esses recursos diretamente da COCIP. Essa é a grande dúvida. Nós não estamos aqui questionando valores, até porque ninguém pode imaginar que não teve a contratação do serviço; teve, e bem feita. Justiça seja feita. Mas a grande questão é: de onde veio o erro, se foi da Secretaria da Fazenda, se foi da Seplog que orientou a Emsurb a solicitar os recursos oriundos dessa fonte pagadora, e a Secretaria da Fazenda fez o pagamento à Emsurb para que pudesse pagar. Então, hoje, nós estamos apegados à origem dessa fonte pagadora. O que nós estamos ouvindo de todos nós, de todos vocês é que foi tudo feito de uma forma perfeita, tudo feito dentro de um plano orçamentário, dentro daquilo que era o valor real, porque houve o aumento da contratação dos serviços e justifica o valor do investimento de R\$ 9,5 milhões. Então, a gente entende que a Emsurb seguiu a orientação de outros órgãos superiores, não é? Como foi dito ontem pela senhora Vera Lúcia. Eu recebi, inclusive citando o nome da pessoa, que foi o senhor Leilton, que mandou o ofício, dizendo que solicitasse que a fonte pagadora fosse a Fonte n.º 1751 da COCIP, e a Secretaria da Fazenda assim o fez. Então, no mais, só reconhecer o seu trabalho à frente da empresa, um trabalho que nos orgulhou muito, enquanto cidadão aracajuano, pela qualidade de limpeza de serviço público, pela qualidade do assunto que nós estamos tratando aqui nesse momento, que foi o Natal Iluminado. Mas, ontem, eu fiquei com muita dúvida, Vinícius, não estou aqui questionando a sua fala, de forma alguma, do depoimento do senhor Clóves Silveira, que não se recordava de nada, mesmo estando, passando, Trindade - porque eu confundo com o outro Clóves. É porque eu ainda estou no fuso horário lá da Itália. Ele deixou muita coisa em dúvida ontem no seu depoimento. Mas, no demais, você tinha uma equipe comprometida, porque eu acho que nós, quando exercermos um cargo de liderança, nós não podemos transferir as nossas responsabilidades para os subalternos, devemos assumi-las quando a gente erra e quando acerta; que é o que o senhor está fazendo hoje aqui, deixando uma mensagem esclarecedora para quem tinha algum tipo de dúvida. Aí eu continuo com essa dúvida se a fonte pagadora realmente tinha essa condição de fazer esse pagamento. No mais, era só isso a minha contribuição no dia de hoje em relação ao doutor Bruno.

BRUNO DA PAIXÃO MORAES SANTOS – EX-PRESIDENTE DA EMSURB

Doutor vereador Milton Dantas, o que eu posso passar para o senhor é que a equipe que estava abaixo de mim, como o próprio doutor Clóves, ele é um técnico muito bom, tanto ele quanto o nosso grupo do jurídico, que tinha à frente a Karine, como a própria Mariana, também uma técnica muito preocupada. Agora eu não posso dizer o que foi que aconteceu com relação à forma que ele quis passar a informação. O que eu sei é que sempre teve da parte da equipe dele, em tudo que sempre foi feito, uma dedicação e um cuidado, até porque também tinham advogadas que o acompanhavam, tinham advogadas que entendiam da matéria, eram grupos de engenheiros e arquitetos. Então, era qualificado e sempre tinha esse olhar de preocupação. Com relação à COCIP, eu posso deixar o senhor bem claro também do seguinte: todo e qualquer recurso que a Emsurb precisava, e isso ela é 100% dependente das contas e dos recursos oriundos da Secretaria da Fazenda. Inclusive, isso pode mudar. Pode mudar de que forma? Existe no Plano Nacional a possibilidade de se criar receita na arrecadação da limpeza pública, que ainda não foi discutida e aprovada no âmbito de Aracaju, mas que isso pode mudar o cenário e a Emsurb se tornar uma empresa que tenha um recolhimento. Nesse caso da Emsurb hoje, o que se tem é a arrecadação do ambulante, que é um espaço público reduzido, muitas das vezes, são taxas que variam, muito baixas, onde não tem como pagar os contratos. E aí pra isso você precisa, Secretaria da Fazenda, Secretaria de Planejamento, tá aqui o meu planejamento anual, que é o QDD, que é o quadro das necessidades para o ano seguinte. E, ao modo que vai passando e vai deliberando os contratos, a gente vai solicitando à Secretaria da Fazenda que encaminhe um recurso. Recurso esse que eles decidem de onde vem. Nesse caso, ele decidiu vir junto com o planejamento um recurso que era da Seminfra e recebemos e pagamos. Não se questionou e não se questiona, durante as gestões de 24 para trás, porque era natural vir. E com o crescimento do que se sobrou da iluminação pública, no tocante ao investimento que Aracaju fez na troca da iluminação por LED, o recurso começou a ser aumentado, o saldo. E eu acho que essa pergunta a Câmara poderia fazer à própria Secretaria da Fazenda do Município, ou também consultar os técnicos, secretários que eram na gestão. Eu tenho certeza que, do mesmo jeito que se tinha certeza e encaminhado o recurso como foi, o secretário da pasta vai informar, explicar todos os fundamentos legais que ele considerava e encaminhou recurso. Agradeço também as colocações que o senhor fez a minha pessoa e também tenho o senhor como um vereador muito ativo e preocupado com nossa cidade.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Obrigado. Vamos lá. Agora o relator Breno Garibalde.

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Boa tarde, Bruno. Também deixar claro aqui a minha estima por você como secretário, como pessoa. A gente pôde perceber, desde o início, você frente à Emsurb, o seu trabalho dedicado mesmo, de forma muito técnica, e deixar claro que a gente está aqui apenas para esclarecer fatos para a população, porque foi levantada pela própria sociedade a questão do valor, o aumento. Então, é isso que a gente quer deixar claro para que não restem dúvidas do gasto do dinheiro público. Eu queria que você explicasse um pouquinho, Bruno, a questão do Parque da Sementeira, que foi executado pela Energisa um contrato com a outra empresa. O que a gente registrou nos nossos documentos foi apenas um boleto emitido pela Energisa e foi pago pela Emsurb. A gente queria entender como funcionou essa contratação e desse valor à parte.

BRUNO DA PAIXÃO MORAES SANTOS - EX-PRESIDENTE DA EMSURB

Pronto. No caso do Natal da Sementeira, o trabalho que foi feito com a Energisa foi para a gente entender os gastos que seriam feitos com a iluminação como um todo, desde junho, onde eles encaminharam a proposta, e esse gasto, nesse período, foi porque eles iam potencializar a rede para receber o que estava por vir. Era um valor que foi encaminhado para que a gente pagasse como se fossem - e foi - os custos de eletricidade que teriam no Parque da Sementeira, como também o que foi investido através dos reforços de energia como um todo do Natal. Então, quando o senhor vê lá que chegou no CDC, que é o registro do Parque da Sementeira, porque foi lá que foi feito todo esse reforço de substituição de carga elétrica, que também teve problema em 23, para aguentar a carga. E aí, diante do que seria patrocinado pela Energisa em equipamentos que seriam de solo, árvore do tamanho que foi, novidades que eles trouxeram, eles encaminharam esse valor como o custo das despesas elétricas que teríamos durante o período do Natal, tanto na Sementeira como reforços das cargas se fossem necessárias.

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Entendido. Outra questão é sobre a inexigibilidade. Os pareceres que a gente tem, analisando os documentos, todos eles falam sobre a notória especialização da empresa e nenhum traz a questão da parte artística que foi o que foi trazido por você e pelas pessoas aqui ontem. Então, acho que a gente sentiu falta disso, de estar essa questão amarrada. Poderia ser uma justificativa, sim, presente nos pareceres, mas não foi. Todos os pareceres trazem apenas a notória especialização da empresa. E, quando a gente analisa também alguns comparativos de preço, do que foi enviado pela própria empresa, a gente vê alguma discrepância no valor. A gente tem, por exemplo, um Papai Noel em fibra de vidro. Esse documento foi enviado pela própria empresa no momento que a empresa envia a sua documentação para que pudesse ver se a empresa é apta ao que foi solicitado. Então, Papai Noel de vidro, mais ou menos nas mesmas dimensões, no nosso Natal custou R\$ 17 mil. Em um Natal em Taquarana custou R\$ 2.800. Um ornamento de caixa de presente, no nosso Natal foi R\$ 2 mil. Em outro Natal em Taquarana, nesse documento emitido pela própria empresa, R\$ 500. Uma bola de Natal de 1,70m, no nosso R\$ 17 mil. Em Taquarana R\$ 3.000. Quem deveria fazer essa análise desses documentos e, de fato, dizer que aquilo custava o que merecia custar?

BRUNO DA PAIXÃO MORAES SANTOS - EX-PRESIDENTE DA EMSURB

Veja, doutor Breno, com relação à primeira pergunta, o parecer que foi emitido pelo jurídico da Emsurb, embora o senhor tenha esse entendimento que poderia ter; para mim, contemplava. Até porque é uma empresa que apresenta o item, que aquele item é um objeto artístico, que foi produzido por ela e não foi comprado em um lugar para poder me repassar. Eu entendo que aquele item é um produto artístico. É claro que o cenário artístico é um conjunto desses equipamentos. Então, eu entendia, entendo, até esse momento, que o parecer era amplo e também abraçava essa ideia do projeto artístico, do item artístico. E foi por isso também, como eu falei antes, a preocupação de dois fiscais acompanharem para ver se de fato era fabricado, de fato, estava sendo colocada a qualidade do material. Eu não posso mensurar o item de uma cidade com a outra. E eu não faço isso porque, primeiro, eu preciso ver as dimensões, a densidade, se o acrílico, qual era a densidade desse acrílico. Então, é muito complexo. É muito complexo. Como também um produto que é confeccionado, a gente observa esse copo, existe uma fábrica, vai haver outras fábricas que fabriquem copos similares, mas os preços não são iguais. Alguns motivos por trás do custo de fabricação estão dentro do valor. Então, o fato de termos 80 pessoas instalando...

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Os valores são da mesma empresa. Foi o documento da própria empresa com outro serviço que ela executou em outra cidade.

BRUNO DA PAIXÃO MORAES SANTOS – EX-PRESIDENTE DA EMSURB

Essa informação dos valores o senhor pegou onde?

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

No documento que a empresa mandou para a Emsurb.

BRUNO DA PAIXÃO MORAES SANTOS – EX-PRESIDENTE DA EMSURB:

No mesmo ano?

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Não sei se no mesmo ano, mas que ela executou. A Vasconcelos executou em outras cidades para garantir a notoriedade dela. Então, existe uma discrepância.

BRUNO DA PAIXÃO MORAES SANTOS – EX-PRESIDENTE DA EMSURB

Toda a documentação é analisada pela equipe técnica. Eles analisam o olhar macro, quando chega, e aí vem, dentro de cada área da Emsurb, se debruça. Verifica na parte financeira junto com o diretor financeiro, junto com os engenheiros. É uma mútua forma de se ajudarem para que a gente consiga verificar e aí ter, ao final, se aquele documento está certo, se o código que está embaixo do documento, quando você coloca na conferência o documento, não é falso. Tudo isso foi analisado. Isso eu percebi durante uma operação em que as pessoas estavam dedicadas para poder conferir. “Já viu o documento tal? Veja lá a autenticidade dele.” Então, a gente passa o olho, o ordenador fica inquieto, acompanhando, fica inquieto. Por mais que eu não fosse o fiscal direto da confecção, porque eu também não tinha como estar me deslocando para Propriá, porque a fábrica era lá em Propriá, era um galpão onde a empresa fabricava as peças, a própria Empresa Vasconcelos fabricava as peças lá. Não só naquele instante onde os fiscais foram; reparos, possíveis defeitos, peças que vinham para substituir outra, eles tinham peças que quebrou, furtaram, infelizmente, tinham que ser substituídas de imediato, eu fiz previsão no contrato: ó, não pode passar de 48 horas. Então, coloquem isso pra gente não sofrer demoras no contrato. Então, eles, de imediato, consertavam e para isso precisavam de reposições. Então, eu não posso mensurar sobre o acrílico, porque teria

que a gente ver os dois, mandar para uma pessoa que entende tecnicamente para dizer: “esse tem mais valor agregado do que esse ou a composição”, nesse sentido. Então, perdoe-me com relação a isso.

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Eu entendo a complexidade da quantidade de itens, do ter que analisar item por item, da quantidade de gente que precisaria para fazer isso. Mas, também, no analisar da documentação, parece que as coisas foram acontecendo de forma muito rápida, de tempo, da forma que chegou, do atropelo, inclusive com a própria Controladoria da Emsurb, como o Elber trouxe, que fazia esse papel de *checklist*. Eu acho que a Controladoria deveria fazer essa análise mais criteriosa. A dela era da Emsurb. A Mariana é da Emsurb.

BRUNO DA PAIXÃO MORAES SANTOS – EX-PRESIDENTE DA EMSURB

Mariana fazia parte dos quadros da Emsurb.

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Da Controladoria da Emsurb. Que eu acho que é quem deveria fazer a análise mais detalhada desses documentos.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Tem uma Controladoria dentro é?

BRUNO DA PAIXÃO MORAES SANTOS – EX-PRESIDENTE DA EMSURB

Tem. Tem um setor, não controladoria. É uma ouvidoria. E tem dentro da Emsurb também a... Não, mas dentro da Emsurb... Eu vou mostrar o documento para os senhores. Dentro da Emsurb, a Emsurb e a presidência, doutor Breno, tem a assessoria de controle interno, não é a Controladoria-Geral do Município. A Controladoria-Geral do Município analisa a gestão do secretário, do presidente, ao final. É encaminhado, eles vão analisando, mas os atos internos do procedimento quem faz é a assessoria nossa, tanto jurídica, no olhar jurídico, quanto a assessoria técnica. Aí ao setor requerente tem essa análise, como também, nesse caso, o controle interno. Eu fiz questão, Breno, de verificar, quando eu assumi em 2023, quem eram as pessoas que estavam em cada função, para saber se eram habilitadas ao ponto de poder emitir. Né? Advogado tem que estar na posição que eu mais precisar. Então, eram dois advogados lá no controle interno. Embora fossem advogados, entendiam da matéria, né? No jurídico,

uma vasta equipe com alguns diretores também, para que a gente pudesse ter essa tranquilidade e não ficasse tudo em cima, na parte final do jurídico; na parte final, já viesse com certo conhecimento e entendimento para poder encaminhar a documentação com cuidado.

BRENO GARIBALDE - REDE - RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Entendido, Bruno. Só mais uma. Ontem, a gente ficou na dúvida sobre a questão da portaria, se houve alguma portaria dos fiscais de contrato que a gente não achou na documentação. Se é de praxe ter portaria de nomeação de fiscal de contrato. Como é que funciona isso.

BRUNO DA PAIXÃO MORAES SANTOS – EX-PRESIDENTE DA EMSURB

É de praxe ter.

BRENO GARIBALDE - REDE - RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Porque a gente não encontrou na nossa documentação a portaria de nenhum dos dois fiscais. Ficou parecendo que eles foram nomeados de boca para serem fiscal de contrato.

BRUNO DA PAIXÃO MORAES SANTOS – EX-PRESIDENTE DA EMSURB

Quando eu indiquei, quando eu o indiquei - e aí eu fiz questão, primeiro, porque o Vitor Porto tinha sido fiscal em 2023 e eu precisava de alguém com expertise e que tivesse o domínio do que já passou. E o outro que é o Naelson. Naelson, né? O Naelson era o chefe do setor. Ele era, eu tinha pelo Naelson o olhar do cuidado do setor. Então, ele assumiu, ele tinha abaixo dele arquitetas, tinha outro colega de trabalho, que não era, mas assessorava. E aí, com isso, eles iam trabalhar juntos e trabalharam. E assim, eu até, ao final, dizia: ele não tem nem como pagar vocês pela dedicação, porque ficavam até 21h, 22h, no pé da empresa para que ela entregasse e não só entregasse, verificasse antes de subir que material era, que não adianta fazer e depois botar outro. É porque ninguém, depois que está lá em cima, vai conferir. Então, tem que conferir em solo. Ok? Sobe. Então, aí tem que fazer a contagem, né? A contagem, inclusive para a gente... E não sei se o senhor percebeu, eu emiti um ofício posterior para empresa e disse: além do que a gente já tem de dado, de informação, se eu pedir mais, será que vem algo a mais? Para ajudar também no processo de análise e fiscalização. E a empresa mandou. Principalmente porque eu estava sendo bombardeado no rádio por um

servidor que alegava inúmeras situações, que eu não concordava, e não tinha acesso ao rádio. Eu pedia para entrar e não conseguia. Então, eu não podia me defender. Então, eu precisava que tivesse um cuidado, um olhar para que a gente não pudesse dar margem àquilo que eu considerava que era uma inverdade. Considero.

BRENO GARIBALDE - REDE - RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Obrigado, Bruno. A gente percebeu, a gente percebeu na análise que o que foi entregue foi muito mais do que estava no início, no início do contrato. Então, obrigado. Estou satisfeito.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Bom, não havendo mais nenhum vereador que queira se manifestar, nós queremos agradecer a sua presença, senhor Bruno Moraes, dizer que foi de muita valia a sua presença aqui. É importante para nós buscarmos, é um assunto vasto, né? A gente ouviu boa parte dos advogados, assessores jurídicos dessa Casa e, assim, não quero fazer antecipação de parecer, mas temos a compreensão, acho que a grande maioria, de que a fonte pagadora foi uma escolha equivocada. Tanto é que agora o Natal Iluminado 2025 houve uma licitação e a fonte pagadora não será mais a COCIP. O próprio vereador Elber, que é um jurista, ao consultar os nossos assessores, não encontrou até hoje sequer uma decisão favorável para que a COCIP, o recurso da COCIP possa ser utilizado em iluminação cênica, iluminação de entretenimento. Mas não lhe compete essa avaliação, eu sei disso. Isso é da seara da Fazenda. O senhor não determina a fonte, está claro entre nós, mas... Pois não, Elber. Vereador Elber.

ELBER BATALHA – PSB - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

É bom ressaltar que eu fiz análise no contrato desse ano e não tem indicação da fonte não.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Não tem ainda não, né?

ELBER BATALHA – PSB - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

É capaz de...

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Então, eu fui precipitado, não foi? O senhor está um professor muito ligeiro para corrigir. Mas é isso. Mas agradecer a sua presença e dizer que, obviamente, será produzido um relatório e que chegará também ao Ministério Público, que já está também envolvido nessa matéria. O senhor pode fazer suas considerações finais.

BRUNO DA PAIXÃO MORAES SANTOS – EX-PRESIDENTE DA EMSURB

Eu acho oportuno, e o senhor, como é o líder, também dar uma olhada nesse contrato. Porque também tem... Essa situação eu até encontrei, doutor Elber. Eu até vi. Mas é interessante que a equipe técnica desse contrato faça esse mesmo exercício. Porque, se o senhor pegar o quantitativo que tem, dividir pelo valor do contrato que consegui baixar, por dias, o custo da entrega a dia vai ser complicado. Então, tem que olhar isso. É bom olhar. Como também datas. Data de ordem de serviço, diferente de contrato, data de contrato. Então, assim, a gente torce por Aracaju. E por Aracaju, como cidadão, que eu achei que você ia me perguntar coisas desse contrato, eu fiquei preocupado. Aí eu fui ler, no mínimo ler. E assim, a minha preocupação é com a nossa cidade, para não deixar o Natal decair, porque o anseio, doutor Vinícius Porto, é de fato a gente chegar e superar Gramado. Sempre foi. A gente crescer ao ponto de fomentar o turismo e conseguir, implementando, implementando e fomentar, porque Aracaju tem seu potencial para isso.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Obrigado, senhora advogada. Vamos suspender por...

MILTINHO DANTAS – PDT – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Senhor presidente, 30 segundos, por favor.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Pois não.

MILTINHO DANTAS – PDT – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Eu gostaria de acatar a sugestão do doutor Bruno e que essa Comissão também convidasse o ex-secretário da Fazenda, o senhor Jeferson Passos, e o atual secretário da Fazenda também, para prestar esse esclarecimento, para a gente tirar essa dúvida se esse pagamento através da COCIP é legal. Qual foi o motivo que levou a Fazenda...

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Tá. Vamos analisar isso *a posteriori, a posteriori* em reunião fechada. Obrigado, Bruno Moraes. Obrigado, doutora, pela presença. Nós vamos suspender por 5 minutos. [Sessão Suspensa] Vamos retomar, não é? Presidente Hugo, da Emsurb, nós temos feito a consideração a todas as testemunhas que é nossa intenção com a CPI aprofundar o processo investigativo de informações, já que a Câmara entendeu que eram insuficientes as informações que até aqui chegaram, quanto ao processo que se deu de contratação, de execução e de pagamento do Natal Iluminado 2024. Então, não temos a intenção política de atingir lado A ou lado B, muito menos atingir a dignidade da pessoa humana. Então, jamais, aqui, entre nós, há esse desejo de, em nenhum momento, constranger ou contrariar seu papel enquanto gestor público. Está certo? Então, passo a ler as recomendações que nós temos prolatado para todas as testemunhas. Nos termos do artigo 58, parágrafo 3.º da Constituição Federal: “As comissões parlamentares de inquérito possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e devem observar as garantias e os direitos fundamentais assegurados pela Constituição da República.” Como testemunha, Vossa Senhoria tem o dever legal de dizer a verdade sobre todos os fatos que tenha conhecimento e que estejam relacionados ao objeto desta investigação. O falso testemunho constitui crime previsto no artigo 342 do Código Penal, punido com reclusão, de 2 a 4 anos, e multa, sem prejuízo de outras sanções eventuais aplicáveis. Ressalte-se, contudo, que Vossa Senhoria não é parte investigada neste procedimento e, portanto, não está sujeita ao direito ao silêncio quanto aos fatos alheios à própria conduta, mas poderá exercer tal direito para evitar a autoincriminação. Ainda assim, é garantido o direito de ser acompanhado por advogado ou advogada da sua confiança, durante toda a oitiva, bem como o respeito à dignidade da pessoa humana e às garantias constitucionais que regem o devido processo legal. Feito esses esclarecimentos, essa Comissão solicita que Vossa Senhoria confirme compreender as advertências ora realizadas e, em seguida, relate de forma objetiva a sua relação com os fatos sob apuração, para que possamos dar início formal ao testemunho. O senhor compreende as advertências aqui feitas?

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Compreendo, sim.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Obrigado. Eu vou pedir ao vereador Milton Dantas que, por favor, faça as perguntas iniciais à testemunha, o presidente da Emsurb, Hugo Esoj.

MILTINHO DANTAS – PSD – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Boa tarde, doutor Hugo. Boa tarde, Excelentíssimo senhor bacharel que está acompanhando o senhor. Boa tarde, senhor presidente, demais componentes dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, amigos e amigas aqui presentes. Eu vou seguir o rito do documento elaborado pela assessoria da Câmara e pelos membros que compõem a Comissão Parlamentar de Inquérito. Vamos fazer de duas, para deixar o Hugo à vontade. Mas eu quero que o senhor entenda que essas perguntas são meramente técnicas, reafirmando toda a fala do presidente Isac Silveira. Quem determinou o pagamento que seria feito usando a verba da COCIP? Era de conhecimento da gerência financeira da Emsurb que os recursos oriundos da COCIP não poderiam ser legalmente utilizados para este fim? Essas são as duas primeiras perguntas técnicas que foram sugeridas aqui pelos vereadores e pela assessoria.

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Boa tarde a todos. Boa tarde, vereador Isac, vereador Elber, vereador Miltoninho, vereador Vinícius, acho que o Breno está aqui também, vereador Breno. Todo o processo, todo o procedimento feito do processo de Natal Iluminado foi feito na gestão anterior. Nenhum procedimento foi feito na atual gestão. O único procedimento foi o pagamento que foi efetuado no primeiro mês de gestão, como foi feito todos os outros pagamentos, porque muita gente acredita que foi feito o pagamento apenas dessa empresa. Não. Foi feito o pagamento de todas as despesas de exercício anteriores. E esse pagamento, que fique claro, não é feito pelo presidente da Emsurb. A gente envia, é uma despesa de exercício anterior, a gente envia para o Cogest, o Cogest diz quais são as despesas que estão aprovadas, que podem ser pagas, e, aí sim, a Emsurb efetuou o pagamento. Então, não é um pagamento feito, uma escolha do presidente, eu vou pagar essa empresa, porque está lá. É um pagamento que foi definido pelo Cogest, porque é um Conselho que tem cinco secretários, os cinco secretários definem e enviam para a Emsurb a autorização do pagamento. Mas foram pagos, dentro desses, R\$ 50 milhões de despesas de exercícios anteriores. Dentro deles tinha o pagamento da Empresa Vasconcelos. A outra pergunta foi... Deixa-me dar uma olhada, deixa eu só anotar, eu anotei aqui, mas...

MILTINHO DANTAS – PSD – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Mas eu posso...

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Pode repetir?

MILTINHO DANTAS – PSD – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Se tinha conhecimento que foi feito o uso da verba da COCIP.

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

A verba da COCIP foi determinada, esse pagamento foi determinado pelo processo da gestão anterior. Todo o processo foi feito pela gestão anterior. De onde seria o pagamento, tudo. Não teve nada feito pela atual gestão. O questionamento é: Hugo, você sabia que ia pagar pela COCIP? Sabíamos, porque estava determinado no contrato feito pela gestão anterior. A gente não orientou que “sim” nem que “não”. Foi um contrato que estava lá, já feito, fiscalizado, todos os procedimentos. A gente só fez efetuar o pagamento que já estava determinado de onde deveria ser feito.

MILTINHO DANTAS – PSD – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Só para, senhor presidente, tirar a dúvida. Então, todos os levantamentos das dívidas da gestão passada foram encaminhados à Coget e a Cogest deu as prioridades necessárias para que se fizessem os pagamentos só da Emsurb ou de todas as secretarias?

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

De todas as secretarias. Obrigado. Todas as secretarias. O Cogest é quem era despesa de exercícios anteriores, era feito, o pagamento só era feito sob autorização do Cogest. A gente só fazia executar.

MILTINHO DANTAS – PSD – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Então, já estava no processo aqui, no contrato, de onde viria...

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

A fonte da receita.

MILTINHO DANTAS – PSD – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

A fonte pagadora.

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Isso, a fonte pagadora.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Vereador Breno ou Elber? Elber Batalha.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Hugo, na verdade, a nossa preocupação em si é o seguinte: em algum momento a Emsurb teve conhecimento de que havia uma deliberação da Controladoria-Geral do Município no sentido de que não fosse paga essa segunda parcela do contrato do Natal Iluminado porque havia alguma suspeita de superfaturamento ou mesmo que não poderia ser paga com a fonte da COCIP?

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Essa deliberação veio posterior ao pagamento. Depois do pagamento já ter sido efetuado. E não foi, acredito que não foi nem o não pagamento, foi alertando algumas medidas quanto ao recurso ter sido pago pela COCIP. Mas já tinha sido efetuado o pagamento inclusive.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

A segunda parcela já tinha sido efetuada?

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Já tinha sido efetuada. Foi, salvo engano, cinco dias depois, três dias depois do pagamento já ter sido efetuado.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Essa vinculação, esse pagamento foi aprovado por esse conselho do município, pelo Cogest?

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Pelo Cogest. Na realidade, não é só esse não. Todos os pagamentos de despesas de exercícios anteriores e restos a pagar são enviados para o Cogest.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Quem faz parte desse Conselho? Vamos ser mais específicos para não... Quem preside e o controlador-geral, Paulo Márcio, faz parte?

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Faz parte, faz parte do Conselho. Não sei se à época ele já fazia parte, mas ele faz parte do Conselho.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Porque esses conselhos têm algumas cadeiras que são natas.

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

É.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Eu já fiz parte do Conselho do estado, tem cadeiras, por exemplo, em regra, os conselhos de gestão financeira, o controlador é um membro nato.

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Então, eu acredito que...

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

E ele foi nomeado logo no início da gestão. Um dos primeiros secretários anunciados pela prefeita foi ele.

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Eu tenho certeza que Finança... Hoje eu sei que o controlador faz parte.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Quem preside esse Conselho?

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Secretaria de Governo.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Certo. Então, muito provavelmente, Paulo Márcio participou da reunião que aprovou o pagamento dessa despesa vinculado à fonte originária.

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Eu acredito que sim. Eu não vou saber informar se na reunião que foi aprovada ele estava presente, mas a Controladoria faz parte.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Uma dúvida que nos surgiu foi que, me parece, na gestão passada, originariamente, ou não tinha a vinculação da fonte, ou se tinha e não era a COCIP, a técnica aqui nos falou ontem que ela entrou em contato com a Seplog e a Seplog disse para que aquele primeiro pagamento da primeira parcela fosse feito com o dinheiro da COCIP. Nesse segundo momento, foi consultado por vocês algum órgão ou vocês já foram no automático, porque já tinha sido feita a primeira parcela com a COCIP?

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Não, a gente seguiu o que dizia o contrato. No contrato tá lá determinando que seja feita pela COCIP.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

No contrato há essa determinação, essa vinculação?

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

A vinculação já da receita.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Tá. Eu não me recordava disso. Então, eles devem ter feito o contrato lá atrás, na outra gestão, com a orientação desse sentido. Outra questão que se fala e se pergunta muito é o seguinte: chama a atenção de que algumas pessoas, que outrora foram ligadas à Empresa Vasconcelos - quero fazer um recorte aqui e dizer uma coisa, dessa CPI como um todo, para mim, só chama atenção tecnicamente duas coisas hoje: o procedimento formal muito desorganizado, pelo menos da gestão anterior, e essa questão do pagamento da COCIP. De minha parte, pelos itens, pelas áreas abrangidas, eu estou convencido, e até pelo orçamento desse ano da gestão, que orçou a programação em R\$ 9,5 milhões, apesar de que tenha sido um valor menor, quando a própria gestão orça em R\$ 9,5 milhões, prevê que é possível chegar àquele valor por isso. Para mim, a grande celeuma hoje dessa questão foi a forma desorganizada, apenas querendo formalizar algo que já estava decidido, da gestão anterior e os pagamentos desse contexto. Mas uma coisa nos salta os olhos. Existia alguma interferência da Vasconcelos e ainda existe junto à gestão? Porque várias pessoas ligadas à Vasconcelos hoje fazem parte da gestão. A exemplo do doutor Augusto, que está aqui, que vai depor, que era advogado da Vasconcelos, inclusive em ações contra a Emsurb. Uma delas

tramitava até o final do ano passado; até agora, foi extinta agora em março. Então, esse link é uma coincidência, há alguma afinidade? Até para a gente esclarecer isso, para que não fique, da mesma forma que tem algumas coisas que são coisas de rádio corredor. Diziam que os fiscais tinham parecer para não pagar. Ontem os fiscais vieram aqui e disseram que não pagar. Outra coisa que se discute muito é isso: existe alguma ligação, era alguma proximidade ocorrida? Não estou perguntando nem com relação a você. Alguma proximidade da gestão de pessoas dentro da Emsurb, de parentes, que façam essa miscelânea de pessoas ligadas à empresa e à Emsurb?

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Não, eu desconheço. Eu vim saber da ligação da Vasconcelos pela mídia aqui. Quando eu soube, eu perguntei, chamei o Augusto. Ele fez: “Hugo tem muito tempo que eu prestei um serviço. Você está me falando que foi recente. Eu prestei um serviço, salvo engano, em 2022, ou foi em 23. Não é algo atual, não”.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

É porque o processo continua.

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Ah, então. Foi o que ele me passou, que foi algo...

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Ele promovia as ações de cobrança, ele era advogado da Vasconcelos nas ações de cobrança. E uma das cobranças era por serviços não pagos pela Emsurb nas gestões passadas. Parece que essa Vasconcelos lida de carro-pipa à turbina de avião, porque é banheiro químico... O processo, salvo engano, é carro-pipa. Era uma dívida de carros-pipas com a prefeitura.

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Eu desconheço. Eu conheci, soube pela mídia que ele já tinha prestado serviço, não conhecia. Ele é um advogado, presta serviço para atender seus clientes, eu não perguntei quais eram os clientes que ele tinha, não conhecia, soube pela mídia.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

O Augusto já era da gestão passada?

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Não, não, chegou com a gente.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Hoje a função dele é?

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Diretor técnico.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Tá. Depois que foi feito o pagamento, houve alguma nova notificação da Controladoria-Geral do Município sobre essa situação de pagamento? De o pagamento tem sido feito.

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Depois do pagamento efetuado, aí teve uma recomendação do controlador, mas foi depois de já ter sido efetuado o pagamento.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Não, certo, porque na verdade vocês foram notificados da orientação anterior. O que eu lhe pergunto, depois dessa notificação e depois de ele ter visto que chegou tardiamente, houve alguma outra recomendação de que em contratos futuros não fosse usado essa verba? Porque eu notei que no contrato atual não indica a fonte de pagamento com essa empresa. Pelo menos eu não achei esse item.

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Não, não. O contrato atual, inclusive, não é feito pela Emsurb. Está sendo feito pela Seplog e Seminfra.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Ah, certo. Mas, sim, mesmo assim, a gestão não indicou a fonte.

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Eu desconheço o contrato atual porque não está sendo feito pela Emsurb.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Entendi. Tá bom. Satisfeito.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL.

Vereador Vinícius Porto.

VINÍCIUS PORTO – PDT – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Senhor presidente, eu queria saudar o senhor Hugo, presidente da Emsurb. Eu queria fazer uns questionamentos ao senhor Hugo. Quando ele assumiu a Emsurb, ele tinha, como ele acabou de dizer aqui, alguns contratos para serem executados os pagamentos. Nesse contrato, como é que se deu? Porque foi uma nova procuradoria, uma nova equipe, voltou para estaca zero para que todos fizessem a avaliação dessa documentação? Como é que foi que foi feito isso?

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Não, foi feito, eram despesas de exercícios anteriores, todas as despesas de exercícios anteriores a gente enviava para o Cogest. O Cogest avaliava e dizia: “Ó, essa aqui paga, paga, paga”; de acordo com o orçamento. E foram pagos todos, quase R\$ 50 milhões em despesas de exercícios anteriores e restos a pagar. Nada foi feito, nada foi alterado ou mudado do contrato feito pela gestão anterior. Até porque tinha sido concluído já todo o processo de montagem, desmontagem, tudo. Não tinha nem como a gente fazer nenhum tipo de fiscalização.

VINÍCIUS PORTO – PDT – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Então, a sua equipe analisou os processos todos, viu que...

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Estava tudo ok.

VINÍCIUS PORTO – PDT – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Estava tudo ok, depois de ter passado exaustivamente por toda a equipe técnica da gestão anterior, a sua equipe também analisou que está tudo ok, e já pode efetuar o pagamento.

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Enviamos para o Cogest. O Cogest fez a análise deles, enviaram, devolveram, aprovando o pagamento, fizemos o pagamento.

VINÍCIUS PORTO – PDT – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Então, é importante colocar que houve essa preocupação de uma nova equipe, de um novo governo, um novo conselho analisou todos os processos e identificou da regularidade para que o pagamento fosse realizado. Isso é importante deixar claro. E é tão interessante isso porque são dois governos politicamente distintos. E os dois analisaram da regularidade do serviço e para que o pagamento fosse feito. Foi analisada a parte extremamente técnica, deixando de lado a política, que não cabe nesse momento. Essa colocação do senhor, senhor Hugo, juntamente com os outros técnicos que estavam ontem aqui e hoje, graças a Deus me dá uma tranquilidade de saber que não houve nenhuma contradição até agora. O que os senhores falaram, falaram hoje exatamente o que os técnicos falaram ontem. Então, isso nos deixa muito tranquilo com relação a essa questão. E por que não foi a Emsurb que fez esse processo licitatório este ano? O senhor sabe dizer por quê?

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

A Emsurb entende, no caso, eu, como presidente, entendo que esse processo, se haveria ou não o pagamento pela verba da COCIP, o contrato da iluminação pública é da Seminfra. Então, a Emsurb disse: “Olha, eu, como presidente, não tenho interesse em fazer algo, até porque a iluminação pública é feita pela Secretaria de Infraestrutura”. E pedimos para que fosse feita pela infraestrutura, e assim está sendo feita.

VINÍCIUS PORTO – PDT – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

O senhor achou por bem então...

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Por bem, não fazer.

VINÍCIUS PORTO – PDT – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Para não fazer.

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Isso. Foi uma opção nossa em não fazer.

VINÍCIUS PORTO – PDT – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Perfeito, perfeito. Presidente, estou satisfeito.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Muito bem. Vereador Breno Garibalde.

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Hugo, boa tarde, obrigado por estar aqui com a gente. Queria só entender por que uma despesa e foi resto ou restos a pagar. Queria entender se foram restos a pagar ou despesa, porque daí eu acho que o processo seria diferente, né? Uma nova despesa ou se estava como restos a pagar da gestão passada.

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Foi despesa de exercício anterior e envia para o Cogest também.

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Entendi. Certo. Vamos lá. Quem autorizou o pagamento? É isso. Mesmo com relatório, você justificou que o relatório foi feito de forma posterior, né? A autorização.

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Todo o processo.

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Se os responsáveis não assinam o relatório com o município, como o município pode ter certeza que o serviço foi realmente prestado? Isso é uma coisa que a gente achou também, porque foi feito, foi pago, mas a gente não sabe se o serviço foi prestado e não tinha isso assinado.

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Os fiscais que fizeram, antes do, da... Na execução, tiveram fiscais que acompanharam. Estavam lá todos os relatórios, estava tudo completo, não tinha nada que faltava, a não ser o pagamento. Então, a nossa obrigação era se tivesse algo que dissesse, que desabonasse, nada dizia que desabonava. Então, como foram feitos todos os outros pagamentos, inclusive de outras empresas, quase R\$ 50 milhões em pagamento de despesas de exercício anterior - só na Emsurb - e restos a pagar, efetuamos o pagamento normalmente como pagamos de todas as outras.

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Teve algum parecer jurídico da própria Emsurb em relação a esse pagamento? Antes, não?

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Não, nada contrário.

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Satisfeito.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Vereador Elber.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Para tirar uma dúvida. Essa pergunta não ia fazer a ele, mas para, só se ele, se ele souber informar. Existia, Hugo, logo no início da gestão, um decreto, os decretos da prefeitura dizendo para reduzir, tentar reduzir esses restos a pagar, renegociar essas questões em até 30%; decreto 7972 e 7973. Nesse caso específico, o Cogest aprovou sem solicitar nenhuma redução, que vocês intermediassem nenhuma negociação?

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Nem nesse, nem nos outros. O Cogest não pediu hora nenhuma para que a gente fizesse essa tratativa de redução. É tanto que foi pago ele, integral, foi pago BTS, foi pago Torre, foi pago Horizon, todos eles foram pagos integral. Nenhum foi feito esse acordo pedindo redução.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Esse deságio previsto nesses dois decretos, que são da própria prefeita.

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Nenhum foi feito.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Não foi utilizado, né? O Cogest conseguiu - agora que eu acredito que já deve estar no orçamento - mas já existia previsão orçamentária para pagar os outros R\$ 6 milhões ou vocês tiveram que pedir remanejamento?

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Eu não vou saber informar. Eu não vou saber informar se tinha, mas acredito que não foi preciso pedir remanejamento não. Melhor, a gente acredita que a gente fez o pagamento com orçamento da gestão atual, do ano atual. Não foram restos a pagar, foi despesa de exercício anterior.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Certo. Já estava previsto no orçamento, né? Por fim, nessa mesma linha do Augusto, eu estava procurando onde eu tinha guardado esse arquivo, achei. Chegam-nos também nessa mesma linha das informações inoficiosas que três pessoas seriam ainda pessoas que já trabalharam na Vasconcelos, que hoje trabalham na Emsurb. Carlisson Sampaio Ferreira, Arlene Melo da Silva, Jorge Andrade Oliveira. Foram trazidas por você para gestão essas pessoas?

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Não. Eles trabalham na Emsurb.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Exato. Trazidos para a gestão.

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Não, mas eles trabalhavam na Emsurb. Na Vasconcelos, eu desconheço.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

O senhor não tem conhecimento que eles tenham trabalhado na Vasconcelos ou prestado algum tipo de serviço?

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Não. Eu acredito que eles trabalham na Emsurb. Eles estão na gestão, da gestão anterior e permaneceram com a gente.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Não, mas não se refere a essa gestão em si somente não, entendeu? O que se sugere é que a Vasconcelos tinha ramificações nas gestões da Emsurb, e não somente na sua. Entendeu? Não somente na sua. Você sabe dizer se essas pessoas aqui já trabalharam para Vasconcelos ou coisa do gênero?

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Não, não, eu desconheço.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Tá, ok. Pronto, satisfeito, presidente.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Está bom. Então, a gente quer agradecê-lo. A gente, uma boa parte, e eu falei isso, quero dizer para você também, para o Bruno, uma boa parte de nós tem uma convicção muito clara que a COCIP não deveria ter sido usada como fonte pagadora. Particularmente, eu tenho plena convicção. A leitura, não sou advogado, mas a leitura que eu fiz e o estudo que eu fiz com meus advogados apontam nessa perspectiva. Mas acho também que a gestão que assumiu não poderia apontar esse problema sem resolver. Foi executado um serviço, foi atestada a execução, teria que se pagar. Não poderia tergiversar na hora de fazer o pagamento. Poderia até, se houvesse, se tempestivamente chegasse a recomendação, poderia até ter buscado a forma de pagar com outra fonte, e não com a da COCIP. Eu imagino, eu imagino que algo será feito nessa perspectiva de retomar esse recurso para a COCIP, um ato fiscal que faça esse equilíbrio, porque a COCIP é um recurso que tem especificidades. Então, por exemplo, se amanhã faltar uma lâmpada queimada ou qualquer outra estrutura da parte de iluminação, e se disser que não tem recurso, alguém dirá o seguinte: “Foi o recurso da COCIP que foi retirado para o Natal Iluminado quando não deveria ter sido.” Mas sei que não é da sua lavra essa escolha. Então, portanto, quero agradecer.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Presidente, eu queria até fazer uma ressalva. De minha parte, eu não tenho a convicção que não deveria poder custear. Eu tenho a convicção que todos os tribunais dizem que não pode. Porque eu não vejo lógica, com muita sinceridade também, claro que, caso não seja um abuso, eu acho que talvez a jurisprudência vede para evitar abusos, como disse aqui o Bruno, na fala anterior, que a empresa queria custear “17 Março Iluminado”, “São João Iluminado”, queria fazer tudo “iluminado” para exorbitar o valor. Mas não me parece razoável que possa comprar câmeras de segurança, custear câmera de trânsito, e não possa, esporadicamente, uma vez no ano, custear árvore de Natal. Agora, realmente, o problema é que a jurisprudência é quase pacífica que não pode. Eu quis só fazer esse recorte, porque eu, sinceramente, não vejo lógica ampla nessa proibição, mas... É aquela coisa, né? Manda quem pode e obedece quem tem juízo. A jurisprudência, os TCUs, os TCEs, todos falam que não pode.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Permita-me. Desculpe-me, Elber. Todos os recursos que sobram, vamos dizer assim, por exemplo, nós fomos a uma reunião da então base aliada de Edvaldo Nogueira, e na época eu ainda fazia parte da base aliada, e Jeferson fez uma apresentação e tinha um saldo na COCIP. E eu perguntei: então sobram recursos da COCIP? R\$ 3 milhões, R\$ 30 milhões. É esse sobrar de recursos, que é no caso das multas, esse sobrar de recursos, entre aspas, da COCIP, que leva os administradores a dizer assim: “Como é que a gente utiliza isso aqui?” Eles utilizam, na minha avaliação, esse artifício para poder utilizar um recurso que está ali sobrando. É exatamente isso. Mas eu quero agradecer novamente, dizer que foi muito importante sua vinda aqui e quero lhe conceder as suas considerações finais.

HUGO ESOJ DOS SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA EMSURB

Agradecer o respeito que a Câmara sempre teve com a Emsurb. Mais uma vez, eu venho aqui, estou sempre à disposição. Dizer que conte com a Emsurb, quando precisar de alguns esclarecimentos, estamos lá para esclarecer. Obrigado, Vinícius, Miltinho, vereador Elber, vereador Breno. Estou sempre à disposição de vocês.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Um abraço. Obrigado, doutor. Vamos convidar agora o Paulo Márcio. É, chamar o Augusto. Chama logo o Augusto. É Augusto Feitosa Magalhães. Vamos retomar a CPI. Agradecer, Augusto, a sua presença. A gente tem reiterado que a intenção desta Comissão Parlamentar de Inquérito é tentar decifrar e compreender com maior profundidade a escolha de fazer o Natal Iluminado, a contratação, a execução e também a fonte pagadora. O valor saltou aos nossos olhos, saiu de R\$ 2,7 milhões para R\$ 10 milhões, e a Câmara entendeu que era suficiente o motivo para poder instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Claro que boa parte desses assuntos, certamente, não é da sua lavra, mas, como o seu nome permeou uma parte das discussões, é importante ouvi-lo também, está certo? Está mais que garantido o direito à dignidade da pessoa humana. Está certo? Vou ler aqui as nossas recomendações, nos termos do artigo 58, parágrafo 3º da Constituição Federal: “As comissões parlamentares de inquérito possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e devem observar as garantias e direitos fundamentais assegurados pela Constituição da República.” Como testemunha, Vossa Senhoria tem o dever legal de dizer a verdade sobre todos os fatos de que tenha conhecimento e que estejam relacionados ao objeto desta investigação. O falso testemunho constitui o crime previsto no artigo 342 do

Código Penal, punido com reclusão, de 2 a 4 anos, e multa, sem prejuízo de outras sanções eventuais aplicáveis. Ressalte-se, contudo, que Vossa Senhoria não é parte investigada neste procedimento. Portanto, não está sujeito ao direito ao silêncio quanto aos fatos alheios à própria conduta, mas poderá exercer tal direito para evitar a autoincriminação. Ainda assim, é garantido o direito de ser acompanhado pelo advogado da sua confiança, durante toda oitiva, bem como o respeito da dignidade da pessoa humana e as garantias constitucionais que regem o devido processo legal. Feitos esses esclarecimentos, esta Comissão solicita que Vossa Senhoria confirme compreender as advertências ora realizadas e, em seguida, relate de forma objetiva sua relação com os fatos sob apuração para que possamos dar início formal ao seu testemunho. O senhor compreende o que foi lido?

JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES CARNEIRO - ATUAL DIRETOR TÉCNICO DA EMSURB

Sim, compreendo.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA - UNIÃO BRASIL

Obrigado. Vamos passar as perguntas. Eu vou pedir ao vereador Vinícius Porto que, por favor, faça as primeiras indagações.

VINÍCIUS PORTO – PDT - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Muito obrigado. Boa tarde, doutor Augusto.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA - UNIÃO BRASIL

Informe o seu nome completo, por favor, o cargo que exerce ou exerceu e em que período.

JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES CARNEIRO - ATUAL DIRETOR TÉCNICO DA EMSURB

José Augusto Feitosa Magalhães Carneiro. Atualmente, eu sou diretor técnico da Emsurb. Do início agora, de janeiro até agora.

VINÍCIUS PORTO - PDT - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Boa tarde, doutor Augusto. Para o senhor tomar conhecimento, foram formuladas quatro perguntas pela equipe técnica aqui da Câmara. E, eu, como são quatro vereadores, eu não sei se cada um faria um questionamento ou não. Primeiro

questionamento, você se comunicou antes, durante e após o processo de contratação com os servidores envolvidos nela? Existem registros desta comunicação?

JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES CARNEIRO - ATUAL DIRETOR TÉCNICO DA EMSURB

Não. Eu nunca participei de nenhuma tratativa em relação a essa contratação.

VINÍCIUS PORTO – PDT - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Como é que aconteceu? O senhor tomou posse no início de janeiro?

JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES CARNEIRO - ATUAL DIRETOR TÉCNICO DA EMSURB

Isso. Eu tomei posse no dia 7 de janeiro.

VINÍCIUS PORTO – PDT - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

7 de janeiro. Aí o senhor sabia que tinha esse processo em andamento, pagamento ou não? Como é que foi isso?

JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES CARNEIRO - ATUAL DIRETOR TÉCNICO DA EMSURB

Então, é, porque a minha diretoria é a parte técnica ali de contratação. Essa questão de pagamento dá-se ali na diretoria do DAF, Diretoria Financeira e Administrativa. Então, essa parte de pagamento não passava pelo setor.

VINÍCIUS PORTO – PDT - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

A sua equipe, a sua equipe técnica, da sua diretoria, foi toda, chegou com o senhor ou o senhor aproveitou alguns servidores da gestão anterior?

JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES CARNEIRO - ATUAL DIRETOR TÉCNICO DA EMSURB

Não, alguns servidores foram aproveitados, né? Inclusive a técnica Thaciana, que esteve aqui e continuou na equipe. Acredito que mais uns cinco técnicos ficaram em setores estratégicos, continuaram pela capacidade técnica, nós resolvemos aproveitar e mantê-los nessas posições.

VINÍCIUS PORTO – PDT - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Com a senhora Thaciana, o senhor chegou a conversar com ela para saber se o serviço foi prestado, se foi bem prestado, se realmente justificou o valor desse aumento, se houve o aumento em vários, em mais pontos aqui na cidade de Aracaju, houve essa conversa o senhor e ela?

JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES - ATUAL DIRETOR TÉCNICO DA EMSURB

Veja. Depois que houve a investigação, nós conversamos informalmente, mas como não era uma pauta da minha diretoria, então, essa questão técnica e formalizada do contrato não passou a ser um tema meu. Claro, hoje era um tema da Emsurb, logicamente, que informalmente a gente conhecia ali, e o que eu posso dizer, como cidadão e como todos aqui foram unânimes, é que houve, de fato, um dos natais mais bonitos de Aracaju. Nós tínhamos conhecimento que, como os técnicos disseram aqui, os fiscais, que houve um cumprimento integral do que foi contratado, foi realizado pela empresa, e que o pagamento se deu por conta de que havia, a execução havia sido feita. Eu soube que foi um pagamento da gestão anterior. Como foi final do ano, e só poderia se pagar depois da execução e a execução se daria em 6 de janeiro, e como foi explicado aqui pelo presidente, ficou em despesa de exercícios anteriores, por isso, foi feito por essa gestão o pagamento.

VINÍCIUS PORTO - PDT - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Exatamente. Era isso que eu queria falar e tem um valor muito grande. Eu sei que o senhor é técnico, não é político, mas é muito importante porque são duas gestões distintas e que houve um duelo nas eleições, e que a gestão atual entende que foi tudo feito de forma correta, da melhor forma possível para beneficiar o maior número de bairros de Aracaju e, por isso, que efetuou o pagamento restante para a empresa devida. Foi colocado aqui por algum vereador que o senhor já prestou serviço profissional para essa empresa, mas qual foi o período, o senhor se lembra?

JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES - ATUAL DIRETOR TÉCNICO DA EMSURB

Sim. Na verdade, eu não fui advogado da empresa, eu fui contratado para um procedimento processual específico, em 2022, que foi de um processo que já estava em curso, que não fui eu o patrono deste processo. O processo tinha sido iniciado pelo doutor João Maria, que foi Procurador-Geral do Estado. E esse processo era em relação

a um pagamento pendente da gestão de 2013 a 2015, da gestão do prefeito João Alves. Esse processo estava em curso, a empresa tinha um dinheiro para receber. Em 2022, o processo estava se arrastando já há mais de seis anos e foi formalizado um acordo com a Emsurb, a empresa abrindo mão de 70% desse valor para poder receber. Eu entrei exatamente nesse momento, na homologação do acordo, não fiz parte sequer do processo. E este acordo foi formalizado em 2022 quando eu participei. Foi homologado o acordo e tramitou, foi homologado pelo juízo e foi arquivado. Eu ouvi o vereador doutor Elber falar aqui que ele tramitava até agora, o ano passado, isso se deu não pelo processo em si, que ele foi arquivado em 2022 com a homologação do acordo, mas em função, porque o processo foi contra a Emsurb e contra a Emurb, porque havia uma diferença, aliás, um entendimento, quando a competência, algumas competências eram da Emurb e depois passou para a Emsurb. E aí nesse limbo aí, o escritório que patrocinou a ação, ele entrou contra os dois. E no acordo, quando nós fizemos, o entendimento era que seria só com a Emsurb. Os procuradores da Emurb entenderam o seguinte: “Olha, nós não participamos do acordo, portanto nós temos direito aos honorários sucumbenciais”. E aí eles entraram com isto e este processo, em função do pagamento de honorários dos procuradores da Emurb, ele ainda está em curso, eu acho que deve estar finalizando agora. Mas só para deixar claro que eu não fui advogado e estou advogando neste processo até o momento.

VINÍCIUS PORTO – PDT – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Então, já tem algum tempo. Foi em 22 mesmo que foi fechado?

JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES CARNEIRO – ATUAL DIRETOR TÉCNICO DA EMSURB

Ele foi homologado em 2022. Eu só figurei neste processo para homologar o acordo.

VINÍCIUS PORTO – PDT – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Pronto, para não ter dúvida alguma que o senhor já, em 22, o senhor nunca imaginaria que estaria hoje aqui. Não poderia prever isso, que o senhor estaria hoje como diretor técnico.

JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES CARNEIRO – ATUAL DIRETOR TÉCNICO DA EMSURB

E como a gente fala, Aracaju, Sergipe, pequeno, eu advogo há 15 anos. Possivelmente, eu advoguei para outras empresas que devem ter relação, contratos tanto com o estado quanto com a prefeitura. E deixar claro que em 2024, 2023, eu não fui advogado da empresa. Em 2024, sequer participei de qualquer ato ou processo.

VINÍCIUS PORTO – PDT – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Então, foi algo pontual?

JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES CARNEIRO – ATUAL DIRETOR TÉCNICO DA EMSURB

Pontual.

VINÍCIUS PORTO – PDT – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Certo. Para não ter nenhum tipo de dúvida com relação a isso e que o senhor não tinha como prever que, em 25, estaria como diretor técnico da Emsurb. Senhor presidente, são quatro questionamentos, seria bom que cada vereador fizesse um questionamento. Eu fiz o primeiro, vou deixar para os outros colegas também.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

O senhor se saiu muito bem. Vou conceder a palavra. Eu não estou aqui para avaliar, mas... O vereador Elber Batalha.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Senhor José Augusto, só uma curiosidade, como é que o senhor sabia que eu fiz esse questionamento?

JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES CARNEIRO – ATUAL DIRETOR TÉCNICO DA EMSURB

Foi no YouTube.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Presidente, veja o amadorismo, não com relação a você. Como é que coloca a televisão para transmitir a sessão? Mas não pode, isso anula tudo juridicamente. É pedir para não olhar. Tem que ter alguém lá para olhar, não estou falando com relação a ele não. Porque é um trabalho de amadorismo, isso é um princípio básico de qualquer audiência, que uma testemunha não pode ouvir. E eu citei antes, não pode ligar a televisão. Certo, mas aí... Sim, mas é proibido isso, Vinícius. Você sabe que no Direito

isso é totalmente proibido. Não, é regra processual, Vinícius, não precisa falar não. A lei não precisa ser falada. E eu não estou falando não, estou falando que é amadorismo da Câmara nesse sentido, de se olha tudo, se faz tanta pergunta bem feita e depois se esquece de fiscalizar se as testemunhas estão ouvindo o depoimento das outras. Mas, enfim, já fizeram a besteira, vamos lá. Senhor Augusto, a principal questão em relação ao senhor, parece-me que a sua diretoria não é a diretoria que, até pelo senhor ter entrado agora no dia 7 de janeiro, o senhor não teria tido nenhuma participação enquanto membro da Emsurb nessa contratação. O pagamento em si, alguma formulação que foi para esse Cogest passou pela sua diretoria?

JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES CARNEIRO – ATUAL DIRETOR TÉCNICO DA EMSURB

Não, não passa. O pedido é feito pela diretoria administrativa, que encaminha para o presidente e o presidente encaminha para o Cogest.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Sendo bem sincero ao senhor. Com relação ao senhor, o motivo da sua convocação foi a dúvida sobre essa ligação do senhor anterior com a empresa. E o que se fala, se comenta, é que outras pessoas também, que teriam sido ligadas, o senhor já esclareceu a sua ligação com a empresa, que é como advogado, que outras pessoas ligadas também a Vasconcelos hoje integrariam, algumas já integravam na gestão passada, e outras agora integrariam. Queria perguntar ao senhor, o senhor tem conhecimento se essas pessoas aqui, Carlisson Sampaio Ferreira, Arlene Melo da Silva, Jorge Andrade Oliveira, elas fazem parte da gestão hoje, se elas já trabalharam com a Vasconcelos na época que o senhor advogou para a Vasconcelos?

JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES CARNEIRO – ATUAL DIRETOR TÉCNICO DA EMSURB

O Carlisson, eu sei que não, nunca prestou. Que eu tenha conhecimento, nunca tenha prestado. Arlene, parece-me que prestou, a Arlene. E Jorge, eu não sei, desconheço quem é.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Aqui está como Jorge Andrade Oliveira. Não, não é?

JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES CARNEIRO – ATUAL DIRETOR TÉCNICO DA EMSURB

Não. Eu não sei quem é, desconheço.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Tá, ok. Por fim, durante, não sendo, acho que o senhor já falou isso, mas só para ficar mais claro, não sendo na condição de membro da gestão, anteriormente, nessa contratualização com a gestão passada da Emsurb, o senhor participou de alguma forma prestando consultoria, mesmo que informalmente a Vasconcelos?

JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES CARNEIRO – ATUAL DIRETOR TÉCNICO DA EMSURB

Não. Em 2024 eu não participei de nenhuma tratativa, nem com ela e nem com nenhum órgão.

ELBER BATALHA - PSB - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Tá bom. Satisfeito, presidente.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Vereador Milton Dantas.

MILTINHO DANTAS - PSD - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Boa tarde, doutor José Augusto. Boa tarde a todos aqui presentes. Eu ia fazer a mesma indagação que o vereador Elber Batalha fez em relação à transmissão da sessão. Mas, enfim, Elber já falou o que eu tinha que falar. Eu queria fazer uma pergunta complementar à fala do vereador Elber Batalha, se o senhor tinha conhecimento do Adonias Souza Silva, se trabalhou na Vasconcelos, que hoje é servidor da Emsurb e, quando foi efetuada a segunda parcela do pagamento da Vasconcelos, alguém dentro da Emsurb teve a preocupação de verificar que a empresa respondia vários processos nos estados de Alagoas e da Paraíba?

JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES CARNEIRO - ATUAL DIRETOR TÉCNICO DA EMSURB

Então, como eu informei, a contratação se deu na gestão anterior, que eu não estava, e o pagamento também não houve minha participação. Então, assim, eu não saberia informar se havia conhecimento disso ou não.

MILTINHO DANTAS - PSD - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

E do senhor Adonias?

JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES CARNEIRO - ATUAL DIRETOR TÉCNICO DA EMSURB

Então, Adonias eu sei que havia uma relação dele com a empresa em 2024, não sei de que forma essa relação se deu.

MILTINHO DANTAS - PSD - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Ele já vem da gestão anterior?

JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES CARNEIRO - ATUAL DIRETOR TÉCNICO DA EMSURB

Não. Ele não era funcionário da Emsurb, ele não participava da gestão.

MILTINHO DANTAS - PSD - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Obrigado.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Obrigado. Vereador Breno Garibalde

BRENO GARIBALDE - REDE - RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Estou satisfeito.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Mais algum vereador? Então, não havendo mais qualquer outro indagação, queremos agradecer a sua presença e dizer que o senhor nos ajudou a decifrar toda essa questão do Natal Iluminado. Tenha uma boa semana.

JOSÉ AUGUSTO FEITOSA MAGALHÃES CARNEIRO - ATUAL DIRETOR TÉCNICO DA EMSURB

Muito obrigado.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Feito isso, nós encerramos as testemunhas. Ah, temos uma. Desculpa, perdoem-me. Ah, Paulo Márcio, verdade. Então, por favor, já de imediato, traga-o, por favor. Vamos retomar. Primeiro agradecer ao doutor Paulo Márcio pela presença aqui

conosco, atendendo a nossa convocação. Reiterar para Vossa Senhoria o respeito que nós temos tido com todas as testemunhas e a garantia também do respeito à dignidade da pessoa humana e tudo que perpassa por esse caminho. Vamos ler, mesmo o senhor sendo um homem experiente no campo do Direito, vamos ler aqui as recomendações. Nós temos no artigo 58, parágrafo 3º da Constituição Federal: “As Comissões Parlamentares da análise de Inquérito possuem poderes de investigação próprios da autoridade judiciais e devem ser observadas garantias de direitos fundamentais assegurados pela Constituição da República”. Como testemunha, Vossa Senhoria tem o dever legal de dizer a verdade sobre todos os fatos de que tenha conhecimento e que estejam relacionados ao objeto desta investigação. O falso testemunho constitui crime previsto no artigo 342 do Código Penal, punido com reclusão, de 2 a 4 anos, e multa sem prejuízo de outras sanções eventuais aplicáveis. Ressalte-se, contudo, que Vossa Senhoria não é parte investigada nesse procedimento e, portanto, não está sujeita ao direito ao silêncio quanto aos fatos alheios à própria conduta, mas poderá exercer tal direito para evitar a autoincriminação. Ainda assim, é garantido o direito de ser acompanhado pelo advogado da sua confiança, durante toda oitiva, bem como respeito à dignidade da pessoa humana e às garantias constitucionais que regem o devido processo legal. Feitos esses esclarecimentos, esta Comissão solicita que Vossa Senhoria confirme compreender as advertências ora realizadas e, em seguida, relate de forma objetiva sua relação com os fatos sob apuração para que possamos dar início formal ao seu testemunho. O senhor compreende as advertências?

PAULO MÁRCIO RAMOS – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Eu confirmo todas as advertências e as consequências legais.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Muito obrigado. Por favor, o seu nome completo e a função que o senhor exerce hoje na administração.

PAULO MÁRCIO RAMOS – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Paulo Márcio Ramos Cruz. Atualmente, exerço a função de secretário-chefe da Controladoria-Geral do Município.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Eu vou conceder ao vereador relator, Breno Garibalde, que faça as primeiras perguntas, por favor.

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Boa tarde, doutor Paulo.

PAULO MÁRCIO RAMOS – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Boa tarde.

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Muito obrigado pela sua presença. Eu queria que o senhor desse uma explanada geral do que aconteceu, do ocorrido e o que levou a CGM a se manifestar sobre os referidos contratos.

PAULO MÁRCIO RAMOS – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Pois não, vereador. Agradeço pela pergunta e a oportunidade de esclarecer a toda a sociedade aracajuana. Nós tomamos posse no cargo de controlador-geral, secretário-chefe da Controladora-Geral, no dia 2 de janeiro deste ano, e, entre os dias 30 e 31, chegaram dois requerimentos protocolados pelo Sepuma, subscritos pelo presidente Nivaldo, conhecido de todos. Um requerimento, ambos faziam alusão ao uso da COCIP, não precisa esclarecer, todos já sabem do que se trata a contribuição. Um requerimento perguntava se era possível pagar expressão constante no requerimento, decoração ou iluminação decorativa com recurso da COCIP. E ele fazia alusão especificamente ao Contrato n.º 54/2004, Emsurb, que foi a contratação direta, via inexigibilidade da empresa 2024. Contratação direta via inexigibilidade para a realização do Natal Iluminado daquele ano 2024. O outro requerimento dizia a respeito a um questionamento se era possível pagar com recurso da COCIP videomonitoramento de vias públicas e logradouros públicos. Então, nós despachamos, para a assessoria técnica, ambos os requerimentos, e acredito que, em cerca de 17 dias, aproximadamente, após a chegada dos requerimentos, não após o meu despacho de encaminhamento, após 17 dias, mais precisamente no dia 17 de fevereiro deste ano, o requerimento, que é objeto, pelo menos da minha oitiva nesta Comissão, foi emitido uma nota técnica pela assessora Fernanda Maria de Melo Carvalho, em que ela entendeu, à luz da Constituição Federal, sobretudo do artigo 149-A da Constituição Federal, já com a redação dada pela Emenda 132/2023 e também à luz da Lei

4.453/2013, já com a redação dada pela Lei 6.005/2023, 2024, que não era possível utilizar recurso da COCIP para pagamento de iluminação cênica, que é a mesma iluminação decorativa reportada pelo senhor presidente do Sepuma. Então, nós, essa nota técnica eu encaminhei para alguns setores da prefeitura, encaminhei para a PGM, encaminhei para a Setur, e eu explico porque Setur, porque houve um evento chamado Natal nos centros, não é Natal no Centro não, é exatamente assim, Natal nos centros, então, encamei também para a Setur, PGM, Emsurb, e alguns outros setores para conhecimento. Após alguns dias, eu tomei conhecimento de que havia sido feito o pagamento da segunda parcela pela Emsurb, pela atual presidência da Emsurb, e acompanhei os desdobramentos, porque acredito que logo em seguida foi noticiado que o atual presidente, Isac, havia feito um requerimento para instauração de CPI, e nós começamos a acompanhar os fatos pela imprensa, obviamente, todos os desdobramentos e, resumidamente, foi isso que aconteceu. Alguns detalhes que sejam importantes na visão de Vossas Excelências serão respondidos aqui por mim com toda tranquilidade e satisfação.

PREISDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Vereador Elber Batalha.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Boa tarde, Paulo Márcio.

PAULO MÁRCIO RAMOS – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Boa tarde, vereador Elber.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Meu abraço, meu querido. Você, como delegado, tem mais experiência do que nós até nesse procedimento. Mas aqui é algo muito, vamos dizer assim, informal, no sentido de serem esclarecimentos sobre alguns pontos. Doutor Paulo, depois que a Fernanda, de forma competente, fez essa nota técnica, que ela foi abraçada pela CGM, foi aberto algum procedimento interno, alguma sindicância, para verificar a responsabilidade sobre o pagamento da primeira parcela? Ou depois também, quando soube que a segunda foi feita, algo que englobasse a regularidade ou não dessas duas parcelas?

PAULO MÁRCIO RAMOS – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Veja! Como eu acabei de frisar, a Controladoria se manifestou em relação a um requerimento de um sindicato. Então, nós não podíamos nos furtar a essa resposta, a essa consulta que nos foi feita, e nós demos publicidade à nota técnica. Mas, vereador Elber, nós já havíamos feito uma seleção de alguns contratos que seriam objeto de auditoria através da contratação de uma empresa de auditoria. E de uma base de 819 contratos, nós fizemos uma seleção de 204. Então, usamos critérios objetivos, como um dos critérios que chama bastante atenção é o valor, então, os contratos de maior valor, os contratos com aquele tipo de objeto mais complexo, e aí nós pudemos ver algumas obras que são elaboradas, inclusive, mediante consórcio, porque são serviços, você tem a empresa do consórcio, é a empresa líder e tem a empresa secundária, mas é um objeto contratual mais complexo. Contratos que tinham mais criticidade pela análise. Foi uma análise preliminar no que diz respeito ao que a gente chama de gestão de risco. Então, nós escolhemos uma base de 204 contratos, e esse contrato, especificamente, está incluído na planilha dos contratos que seriam objeto dessa auditoria independente. E eu digo por que é auditoria independente? Porque nós ainda não temos um corpo de auditores de controle interno. Nós fazemos heroicamente com quatro servidores. São cinco servidores comissionados, nós fazemos as auditorias, inclusive algumas com resultados muito satisfatórios, mas nós não temos ainda um corpo de auditores de controle interno, e esse trabalho é feito hoje por servidores comissionados e todos recém-nomeados, estamos falando aí do início do ano. Então, nós precisávamos, de fato, para cumprir aquilo que foi um compromisso da prefeita Emília Corrêa, contratar uma empresa de auditoria independente, aquilo que ela chamava de auditoria, que ela falava de auditoria externa, vamos fazer uma auditoria externa, e nós selecionamos 204 contratos. Só que com o andar das investigações, tanto no âmbito da Controladoria quanto no âmbito do Controle Interno e com a notícia de que esta Casa instauraria um procedimento, uma CPI para investigar o Contrato n.º 54/2024, então, diante dessa situação, nós pegamos a planilha para evitar, primeiro, duplicidade de despesa. Segundo, para não chegarmos a resultados divergentes em um momento que é inapropriado. Isso aí é metodologia mesmo de trabalho. Não é recomendável que, ainda que você possa falar em instâncias diferentes, não é recomendável que várias instituições façam, ao mesmo tempo, uma análise sobre o mesmo objeto. Então, é melhor, na minha análise, de acordo com doutrina, você partir para o trabalho de parceria e colaboração. É o que eu assim faço. Então, 5 contratos que estavam na planilha inicial para serem auditados, nós submetemos à Procuradoria-Geral do

Município um termo aditivo para substituição. Posso me reportar a eles. Um contrato diz respeito... Primeiro, retiramos o contrato da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, que ia ser feito pela empresa independente, mas nós acabamos fazendo essa auditoria. Então, ela não entrou na planilha. Dos que entraram na planilha, nós pedimos a substituição do Contrato n.º 54/2024, que é o Natal Iluminado. Pedimos a substituição do contrato que nós estamos fazendo sobre, de uma autoria que nós estamos fazendo, ia ser feita pela empresa independente, mas nós já estamos fazendo, sobre uma parte do Contrato de Requalificação da Zona Oeste, do BID, principalmente ali na Perimetral, das quatro etapas da Perimetral, mais o Conjunto Habitacional Lamarão. Então, existem, só para completar, existem mais dois contratos que eu agora não consigo, mas eu encaminhei para aqui, via resposta ao Ofício, salvo-engano, 03, desta CPI, e ali estão elencados os contratos substitutos e os substituídos. E por que não instauramos imediatamente? Pelo fato de optarmos pelo fim e o encaminhamento do resultado desta CPI para nós já iniciarmos um trabalho com mais embasamento técnico e com um maior arcabouço probatório, um acervo probatório, e ainda decidirmos se é caso de fazer uma auditoria interna ou encaminhar diretamente para o próprio Tribunal de Contas caso esta Casa assim não faça.

ELBER BATALHA - PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Vou fazer uma pergunta. A minha pergunta foi porque a própria Controladoria publicou, em 18 de fevereiro, uma notícia dizendo: “A CGM abriu o procedimento administrativo para investigar supostas irregularidades no uso dos recursos de contribuição para o custeio do serviço de iluminação”. Chegou a ser aberto esse procedimento?

PAULO MÁRCIO RAMOS – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Não. Esse procedimento, eu não me... Que jornal, você poderia dizer?

ELBER BATALHA - PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Ah, sim, fonte, matéria retirada do site da CGM, aqui embaixo.

PAULO MÁRCIO RAMOS – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Abrir o procedimento?

ELBER BATALHA - PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

É.

PAULO MÁRCIO RAMOS – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Não. Houve a recomendação para auditoria interna ou externa. Nesse momento, esse contrato estava pré-selecionado para ser auditado pela empresa de auditoria que seria contratada. Agora, houve uma demora na contratação da empresa, porque, primeiro, nós não sabíamos qual seria a empresa. E assim, houve uma dificuldade muito grande, nós passamos meses e meses tentando manter contato com empresas como Deloitte, BDO. Algumas simplesmente declinaram, outras apresentaram preços que nós não tínhamos condições de pagar. E nós, enfim, chegamos a uma empresa conceituada, que a Macro, é uma empresa que está entre as oito maiores empresas de auditoria do Brasil, do mundo, perdão, e esse contrato estava selecionado. E, quando assinamos, e essa assinatura já foi agora no segundo semestre.

ELBER BATALHA - PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

É porque a matéria é do dia, a matéria é do dia 18 de fevereiro de 2025.

PAULO MÁRCIO RAMOS – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Então, quando nós assinamos o contrato, essa assinatura já foi feita, se eu não me engano, no mês de agosto de 2025. Mas aí o que nós fizemos? Aqueles contratos que já estavam sob análise ou da própria auditoria, e aí, ou da própria Controladoria, no caso da Controladoria eu falo, parte das obras feitas com recurso do BID, contratos que estavam sendo já objeto de auditoria pelo TCE ou objeto de investigação aqui pela CPI, que é o caso do contrato, então, nós resolvemos substituir por outros contratos. A quantidade continua a mesma, 204 contratos. Nós substituímos aqueles que já estavam sendo objeto de apreciação, seja por essa CPI do Natal Iluminado, seja pelo Tribunal de Contas, seja pela própria Controladoria.

ELBER BATALHA - PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Eu entendi a resposta. Eu só tomo a liberdade de lhe dar a sugestão, que, se puder reinserir, reinsira. Porque, muitas das vezes, uma análise mais técnica dá outro resultado. Vou dar o exemplo de duas coisas aqui. Nós fizemos em 2017, Isac estava aqui, ele não foi membro, mas lembra disso. Em 2017, eu fiz a CPI do Lixo. A CPI do Lixo aqui concluiu que não tinha nada de errado. A justiça deflagrou a Operação Torre de Babel, o dono da Torre foi preso, responderam o processo “n” pessoas. Da mesma forma, eu denunciei irregularidades no Hospital de Campanha do Campo do Sergipe. Eu denunciei a mesma coisa para o Ministério Público Estadual e o Federal. O Estadual

arquivou tudo, o Federal processou todo mundo, até hoje todo mundo recebe processo. Então, assim, por essa vivência, eu tomo a liberdade de dizer, mantenha, esse é um processo interessante, até para que não paire dúvida que a retirada foi depois que descobriu que pagaram nessa gestão a segunda parcela. Entendeu? Para que não se tenha esse tipo de elucubração. “Ah, ia investigar, ia auditar e depois retirou”. Por fim, eu queria perguntar ao senhor: esse pagamento, ele foi autorizado pelo Cogest, da segunda parcela?

PAULO MÁRCIO RAMOS – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

O pagamento certamente deve ter sido autorizado pelo Cogest, porque, se eu não me engano, ele estava ou como restos a pagar ou como DEA. E, nesse caso, estava como DEA. Então, nesse caso, deve ter sido submetido, sim, à apreciação do Cogest.

ELBER BATALHA - PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

O senhor já era membro do Cogest a essa época?

PAULO MÁRCIO RAMOS – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Não.

ELBER BATALHA - PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Não, não é? Por fim, só lhe perguntar uma coisa. O entendimento da Controladoria permanece no sentido de que é ilegal o pagamento de decoração, de iluminação com o dinheiro da COCIP?

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Embora se trate de uma nota técnica assinada pela assistente Fernanda Maria de Melo Carvalho, coincide também com o meu entendimento. Então, é por isso que eu não tenho, com todo respeito ao Conselho, e não obstante eventuais dúvidas que possam pairar sobre uma atitude deliberada de retirar da lista porque se descobriu, acredito que as ilações e as interpretações cabem a cada um. Nós temos nossa consciência tranquila e, além da tranquilidade, temos como referência diária uma pessoa do mais alto gabarito, e que é exemplo para todos nós, que é a prefeita Emília Corrêa, que me dá liberdade para trabalhar e não compactua com absolutamente nada de errado. Mas, não obstante tudo isso, eu ainda aprecio o conselho de Vossa Excelência.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Por fim, Paulo Márcio, eu queria lhe fazer uma pergunta. O senhor Bruno, ex-presidente da Emsurb, no depoimento dele aqui anteriormente, eu não sei, depois eu descobri que vocês podiam assistir ao depoimento, até falei aqui que era uma irregularidade da Câmara em si, não de vocês, porque era a Câmara que tinha que fazer formas de não poder assistir, disse que, nos últimos meses agora, a CGM emitiu parecer sobre as contas dele do ano passado, no sentido da aprovação sem restrições. Procede? Porque nós não temos esse documento. Procede? Ele apresentou?

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Procede, mas isso, não que eu queira, obviamente, fazer um contraponto para dizer que gostaria que fossem encontradas irregularidades. Não é essa aqui a minha missão. A minha missão aqui é falar sobre o papel da CGM e trazer a verdade dos fatos, independente do viés.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

A minha pergunta é pontual sobre esse ponto da COCIP, porque, se ele pagou com recurso da COCIP, se a CGM deu parecer em fevereiro no sentido de que era ilegal, como é que a CGM agora aprova as contas dele sem restrição?

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

É porque a CGM, quando ela recebe a prestação de contas anual, isso ocorre mais ou menos no final de março, e tem que apresentar até 30 de abril ao Tribunal de Contas, encaminhar isso ao Tribunal de Contas. E o que é que é apreciado nessa conta, digamos assim, nessa análise de contas? Nós recebemos o resumo das contas anuais e fazemos uma análise da execução orçamentária, dos demonstrativos contábeis, balanço patrimonial, balanço financeiro e a parte de almoxarifado. E é uma análise de conformidade. Só fazemos a análise de um contrato ou outro específico se houver um pedido externo, se houver uma denúncia ou um pedido externo. Novamente, repito, não haveria necessidade de a gente reprovar as contas porque se trata de uma análise de conformidade e o único contrato que seria objeto de análise; e aí eu volto a falar, análise é investigação pela CPI, investigação pelo órgão ministerial, investigação pela Polícia Civil, ou até uma denúncia autuada no âmbito do TCE. Então, assim, como nós já

tínhamos conhecimento desse contrato, nós não íamos reprovar uma conta sem, digamos assim, a conclusão de nenhuma análise. Nós não podemos nos adiantar em uma análise que é mais de regularidade, do ponto de vista da conformidade. Se os demonstrativos que são encaminhados, eles estão do ponto de vista formal corretos, nós não temos por que reprovar as contas. Agora, um fato excepcional, que não é julgado nessa análise, que é uma análise, digamos assim, menos ampla, ela é muito menos ampla, um fato excepcional, um fato que esteja em desacordo com a lei, causou prejuízo ao erário, vai ser analisado, volto a frisar, por esta Casa Legislativa através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito ou por qualquer órgão de controle, de persecução, não importa.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Tá bom. Agora, vou fazer uma pergunta. Você não considera, nesse ponto, um contrassenso a PGE, em fevereiro, a CGM, melhor dizendo, em fevereiro, ter emitido uma nota, inclusive remetido ela para vários órgãos, dizendo que esse tipo de pagamento era irregular e nenhuma ressalva nas contas? Eu não estou dizendo que eu considero certo não, que eu já disse aqui, anteriormente, que eu considero errado. Com muita sinceridade, parece-me, com todo o respeito a todos vocês, mas, parece e faz parecer, que é uma mudança de posição depois que essa gestão pagou errado também. Porque antes do pagamento...

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Uma mudança de posição em relação a 2024?

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Não, ao pagamento com a COCIP. Por quê? Quando você diz: “Olha, o pagamento de 2024 foi equivocado, e vocês não paguem, e não paguem com o dinheiro da COCIP”, e espalham esse memorando para todos. E aí, depois que se descobre, porque o Hugo falou aqui que esse memorando chegou até ele cinco dias depois do pagamento, e depois que se descobre isso, o contrato é retirado da auditoria, e as contas da gestão passada, que foi feita essa ressalva, e que no site de vocês diz que abriu, no tempo passado, abriu uma sindicância, a própria conta do CGM vem e diz que as contas estão aprovadas, sem nenhuma ressalva disso, “ressalvando a recomendação de que se analise mais detidamente esse contrato para que se analise”; com todo o respeito que eu

tenho a você e a amizade aos demais técnicos da CGM, foi muito ruim essa postura, na minha avaliação, de uma mudança, sobretudo que essa mudança se dá depois que se percebe que essa gestão fez a mesma coisa. Mas eu estou satisfeito com as perguntas. Se o senhor quiser fazer mais alguma ponderação, fique à vontade.

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Eu só queria complementar, dizer que assim, como eu falo, a interpretação, as ilações que cada um pode extrair de acordo com o seu viés político...

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Mas é fato, Paulo, não é viés político não. Eu assisti a sua entrevista em Narcizo. Você disse que era irregular.

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

O que é que era irregular?

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

O pagamento da COCIP, de iluminação pública com a COCIP, que tem aberto uma sindicância. Depois que descobriu...

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Eu disse que abri sindicância?

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Disse que abriu um procedimento investigativo dentro da CGM, na entrevista.

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Na entrevista?

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Na entrevista em Narcizo.

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Veja, eu tenho muita confiança e segurança naquilo que eu falo.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Não, e no site tá dito, abriu. Está dito aqui.

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Não, mas aí veja, não foi aberto, inclusive eu coloco a...

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Certo.

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

O sistema da Controladoria...

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Não, eu só estou fazendo a ressalva que não é uma ilação política, é uma análise fática. No site oficial, vocês disseram, antes de pagar, que abriram a investigação. Eu ouvi sua entrevista, você disse que era irregular.

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Eu vou dar um exemplo aqui a Vossa Excelência...

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

E depois você tira a investigação...

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Eu vou dar um exemplo aqui a Vossa Excelência de como às vezes as aparências enganam. Foi instaurada aqui uma CPI relativa a uso indevido das receitas decorrentes das multas de trânsito. Todas os balance... e eu encaminhei para esta Casa. Todas as contas, prestação de contas anual de 2017 a 2024. Todas foram aprovadas sem ressalva. Todas foram aprovadas sem ressalva, não obstante ser do conhecimento da Casa de que é possível que tenham ocorrido pagamentos irregulares. A prestação de 2024, a prestação de contas anual de 2024 também foi aprovada sem ressalva, porque

2024 já foi analisado na nossa gestão, e igualmente nós aprovamos as contas da SMTT sem ressalva. E vocês instauraram a CPI para analisar a irregularidade no uso. O que eu quero dizer é que aquele tipo de prestação de contas ele não se presta a esse tipo de análise mais detalhada, a menos, a menos que venha uma denúncia ou que venha um pedido de instauração.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Nesse caso, não havia denúncia do Sepuma?

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Havia. Não. Havia um requerimento. Ali foi uma consulta do Sepuma. E nós respondemos: não pode pagar. E continuamos e já iniciamos as tratativas juntos ao secretário da Fazenda para que seja corrigido esse pagamento feito já nesta gestão, de R\$ 6 milhões e R\$ 14 mil. E eu não estou entrando no mérito da licitude ou ilicitude e da esfera penal ou administrativa. Quando falo isso, refiro-me a eventual crime ou a eventual ato de improbidade administrativa. Quando eu digo que a gente está fazendo essa análise, e já iniciou as tratativas para que sejam feitas a correção, é para que seja cancelado aquele empenho ou aqueles dois empenhos, que o montante é R\$ 6 milhões e R\$ 14 mil, e que esses recursos sejam devolvidos à COCIP para que sejam empregados dentro daquelas balizas estabelecidas pelo artigo 149-A, e que sejam reempenhados com recursos da Fonte 1500. Isso aí nós já iniciamos as tratativas e queremos que isso seja feito até o dia 31 de dezembro de 2025.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Existe algum procedimento formal solicitando isso?

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Existem. Existem tratativas. Agora, o que é que a gente vai analisar?

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Tudo verbal.

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Não. É porque aí você vai precisar de uma análise da PGM. Você vai precisar passar por uma análise da PGM porque aí existe a questão do tipo de...

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Na prática, não tem nada instaurado ainda, não é?

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Não, veja, porque esse procedimento, ele não é um procedimento que precisa ter uma instauração. Quem vai fazer o pagamento, quem vai fazer a anulação do empenho e vai reempenhar é a Secretaria da Fazenda.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Mas tem que ser provocada, não é, Paulo?

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Mas eu não preciso. Veja, mas nós estamos acompanhando o desdobramento de uma CPI. Eu não preciso ser açodado. A posição da CGM é clara. A posição da CGM não foi revogada.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Mas, se a CPI disser que esse pagamento é regular, a CGM vai mudar de opinião contra o uso da COCIP?

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

A minha opinião é. Veja. Se alguém estiver sendo acusado de alguma coisa, se alguém estiver sendo acusado de alguma coisa, se a gente ainda não revogou o Estado Democrático de Direito, vai ter o direito à ampla defesa e ao contraditório. Mas o meu funcionamento técnico permanece o mesmo. O meu posicionamento técnico é de que não se pode usar receita vinculada da COCIP para pagamento de iluminação cênica.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Tá. Minha ressalva era somente nesse tipo. Inclusive, eu recebi aqui e pedi para solicitarem, o requerimento da Emsurb pede que sejam adotadas medidas legais e cabíveis para se apurar a ilegalidade e os procedimentos para devolução do recurso. O

que eu vejo é que até hoje não tem procedimento instaurado para devolução e, com todo respeito, não acho que coaduna sua fala em dizer: “Estou esperando o resultado da CPI”. O resultado da CPI não vai fazer o entendimento da CGM que a aplicação da COCIP vai se tornar legal por causa disso. Até porque o TCU diz que é ilegal, o STJ diz que é ilegal, o TCE diz que é ilegal. Vários TCEs.

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

A CGM diz que é ilegal.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Sim, por que esperar o resultado da CPI para determinada evolução?

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Porque quem faz... Veja, nós temos até o dia 31 de dezembro. O senhor tem que compreender que existe também um fluxo de caixa. Existe...

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Mas não pode nem instaurar o procedimento?

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Mas não precisa instaurar procedimento. Não precisa instaurar procedimento. Isso é uma operação contábil feita pela SEFAZ. Você anula, você anula o empenho e faz um novo; com a fonte, devolve os recursos da COCIP, e você vai e reempenha com o recurso da Fonte 1500.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Eu entendo o que o senhor quer dizer. A Secretaria da Fazenda pode fazer de ofício? Pode.

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Pode.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Agora, a CGM, que devia controlar isso, está esperando a Fazenda ou a Seplog fazer de ofício.

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Eu não estou esperando. Eu não estou esperando...

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Inclusive tirou do contrato da auditoria...

PAULO MÁRCIO RAMOS DA CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Não, vereador Elber...

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Elber, vamos nos ater às perguntas, porque acho que não vai ter mudança de entendimento.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Eu tive que fazer o contraponto...

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Concordo, mas acho que não vai haver mudança de entendimento. Então, você tem a oportunidade de entender de outra forma.

PAULO MÁRCIO RAMOS DA CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Eu não estou esperando, eu estou acompanhando. Eu não estou esperando, eu estou acompanhando. Até a semana passada falei sobre isso com o secretário da Fazenda. Falamos sobre essa questão.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Ok, para não ser prolixo, com todo respeito, agradeço as respostas, mas para mim há uma mudança perigosa de postura, a meu ver, da CGM. E até em nome da sua história, que eu o respeito, conheço-o, acho que é oportuno que a CGM instaure um procedimento, já que acha que isso é irregular. E estou falando quanto às duas gestões, não estou falando só contra a gestão atual não, para que as duas gestões sejam obrigadas

a se responsabilizar sobre esse pagamento errado. Porque, senão, o que fica claro, e aí é o que, não é o que é, é porque tem coisas que são narrativas, tem coisas que são evidências. Não dá para mudar de postura depois que se descobre que essa gestão pagou. Mas conluo, presidente. Obrigado.

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Com a palavra, vereador Vinícius.

VINÍCIUS PORTO – PDT – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Doutor Paulo Márcio, boa tarde.

PAULO MÁRCIO RAMOS DA CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Boa tarde, vereador Vinícius.

VINÍCIUS PORTO – PDT – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Eu, assistindo aqui ao debate do senhor com o vereador Elber, em momento algum, percebi que houve nenhum tipo de mudança de comportamento pelo fato de que a atual gestão afetou o pagamento. Não. O que eu percebi é que o senhor, juntamente com sua equipe, tem uma série de processos para serem analisados e foram analisados, não é? E não há qualquer tipo de mudança de entendimento no meio caminho, em hipótese alguma. A sua história não permitiria que isso acontecesse. Isso eu tenho não tenho dúvida nenhuma com relação a isso. A prefeita Emília foi vereadora de Aracaju por 8 anos e eu conheço a forma como ela sempre praticou aqui, com muita lealdade, com muito princípio e economicidade e com muita honestidade e zelo com a coisa pública. Isso ninguém pode falar. Se a pessoa votou nela ou deixou de votar, ninguém pode deixar de reconhecer que a prefeita Emília é uma mulher honesta. A política Emília é uma mulher honesta, desde vereadora até os dias de hoje. Eu queria saber do senhor, qual foi sua reação no momento em que o senhor tomou conhecimento do documento da sua assessoria e que esse documento foi após o pagamento da prefeitura para a empresa Vasconcelos. Qual foi a sua reação? O senhor se sentiu impotente, no sentido de, assim, olha, eu queria tanto advertir, mas não foi possível que isso acontecesse antes do pagamento. Qual foi o seu sentimento com relação a isso?

PAULO MÁRCIO RAMOS DA CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Eu, honestamente, vereador, a minha reação foi uma reação de quem está habituado a conviver com esse tipo de fato, de nem sempre aquilo que a gente deseja que seja feito é de fato realizado. Mas, nesse caso em particular, o que houve aí foi um problema de cronologia. Eu não me penitencio de dizer: olha, se eu tivesse agido com mais celeridade, porque convenhamos eu receber um requerimento no dia 31 e no dia 17 eu já ter uma nota técnica com o posicionamento da Controladoria, é um prazo bem razoável, digamos, praticamente meio mês. Mas, quando eu dei publicidade à nota, a nota técnica foi assinada às 15 horas, 15 minutos e 57 segundos do dia 17. O pagamento já tinha sido feito no dia 12. Então, é claro que você diz: “Não, do ponto de vista de quem está à frente do controle interno, há certa frustração, porque você poderia ter evitado toda essa celeuma”. Mas não se pode retroagir. Então, o que a gente pode fazer agora? No acompanhamento da execução orçamentária, nós estamos nas tratativas, mas não vamos deixar o ano de 2026 chegar sem que esse problema seja resolvido do ponto de vista técnico. Isso não importa se seja feito no mês de outubro, no mês de novembro, mas tem que ser feito até 31 de dezembro, no atual exercício. Não só esse problema como eventuais problemas em relação à receita das multas.

VINÍCIUS PORTO – PDT - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

O senhor, do dia 30 ou 31, que recebeu esse documento, esse requerimento do Sepuma, até o dia 12, informalmente, o senhor conversou com alguém da gestão para dizer: “Olha, tenha cuidado com relação a isso, eu estou analisando, eu tenho a equipe técnica estudando esse caso ou não?”

PAULO MÁRCIO RAMOS DA CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Não. Nem eu dei, nem eu conversei, eu me reportaria mais à Emsurb, que seria a principal interessada. Eu não falei com ninguém da Emsurb, como eu também não tinha conhecimento de que a Emsurb estava...

VINÍCIUS PORTO – PDT - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Então, a Emsurb não teve conhecimento desse documento protocolado para a CGM? A Emsurb não sabia absolutamente nada?

PAULO MÁRCIO RAMOS DA CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

A Emsurb não sabia. É por isso que eu insisto aqui vereador que, às vezes, eu falei que, às vezes, as aparências enganam, e que, às vezes, uma versão ou uma narrativa tende a prevalecer, e nosso objetivo é trazer à tona a verdade dos fatos. Recebi o requerimento dia 31, dia 12 publiquei a nota. Somente após a publicação...

VINÍCIUS PORTO – PDT - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Não, dia 17...

PAULO MÁRCIO RAMOS DA CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Dia 17 publiquei a nota. Isso tá assim... É assinado digitalmente. O documento, a nota técnica foi assinada digitalmente às 15 horas, 15 minutos e 57 segundos do dia 17 de fevereiro de 2025. O pagamento tinha sido feito dia 12.

VINÍCIUS PORTO – PDT - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

A Emsurb não sabia absolutamente nada disso.

PAULO MÁRCIO RAMOS DA CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

A Emsurb não sabia que nós estávamos analisando o requerimento do Sepuma, e nós também não sabíamos que a Emsurb estava fazendo a liquidação e o pagamento, concluídos no dia 12. Então assim, nós não pudemos atribuir isso a uma falha de comunicação, nós podemos atribuir isso a uma inexistência de fluxo, a uma inexistência de fluxo. E essa inexistência não significa que é uma falha, porque também não é possível que todos os pagamentos, ainda que sejam contestados ou não, por qualquer motivo, não é possível que a CGM tutele a administração, como um pajem da administração, infantilize a administração, tendo que dizer o que pode ou não pode ser pago, porque cada gestor é investido no cargo com direitos e responsabilidades.

VINÍCIUS PORTO – PDT - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

O presidente Hugo disse que pagou não só esse como outros contratos de prestação de serviços que tinham sido realizados e faltavam pagamentos.

PAULO MÁRCIO RAMOS DA CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Todos os débitos da gestão anterior, se não foram quitados, estão sendo quitados nesse exercício.

VINÍCIUS PORTO – PDT - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Só para encerrar. Quando eu vou falar, Vossa Excelência parece que não quer que eu fale. Para deixar claro aqui, para não ter dúvida, a Emsurb não sabia que Vossa Excelência estava fazendo esse trabalho? Pronto. Está claro. O problema é se a Emsurb soubesse disso e mesmo assim tivesse efetuado o pagamento.

PAULO MÁRCIO RAMOS DA CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Aí seria um descumprimento, aí seria um descumprimento.

VINÍCIUS PORTO – PDT - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Então, a Emsurb não sabia absolutamente nada? Pronto.

PAULO MÁRCIO RAMOS DA CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Posso assegurar. Olha, vereador Vinícius Porto, a CGM não tinha ciência de que a Emsurb estava prestes a fazer o pagamento. E a Emsurb também não sabia que a CGM estava analisando uma demanda do Sepuma. Eu tenho absoluta certeza que, se a nossa nota técnica fosse disponibilizada para a Emsurb, antes do pagamento, o presidente Hugo teria imediatamente...

VINÍCIUS PORTO – PDT - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Perfeito. Com certeza. Eu não tenho dúvida nenhuma com relação a isso. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA - UNIÃO BRASIL

Obrigado, Vinícius Porto. Obrigado pela compreensão. Eu sei que a CPI tem um fluxo natural e normal, mas, viu Elber, será hoje a homenagem a Luiz Antônio Barreto. Aqui no paço, que nós aprovamos. Vereador Milton Dantas.

MILTINHO DANTAS - PSD - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Senhor presidente, eu... Doutor Paulo, boa tarde.

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Boa tarde.

MILTINHO DANTAS - PSD - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Eu estou contemplado com as perguntas do vereador Vinícius Porto, vereador Elber Batalha, com as respostas do doutor Paulo, mas só uma pergunta simples. Se o senhor quiser responder, fique à vontade. O senhor não acha que há conflitos de interesse desses servidores que prestavam serviço à Empresa Vasconcelos e hoje estão contratados pela prefeitura?

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Vereador, seria uma afirmação sem lastro, não é, se eu disser que acho que há conflitos de interesse, porque eu soube, à época, após emitir a nota técnica, que... E eu não sei de servidores, eu só sei o caso de um servidor. Depois, antes de mim, Augusto, que é advogado, está como assessor técnico, ele não está como procurador. Ele está como assessor técnico da Emsurb. Eu tomei conhecimento de que ele advogara em um ou dois casos para a Vasconcelos, mas eu não posso daí extrair, fazer a ilação de que há um conflito de interesse, porque ele não está na posição de ordenador de despesas. Se ele fosse o presidente da Emsurb, meu olhar já seria outro, mas ele é assistente, é assistente técnico, ele não é o ordenador de despesas.

MILTINHO DANTAS - PSD - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

A informação que nós temos é que existem mais três servidores.

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Existem mais três servidores? Eu confesso a Vossa Excelência que eu desconheço. O Augusto? O Augusto Magalhães me parece que é diretor técnico, mas ele não é ordenador de despesas.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA - UNIÃO BRASIL

Miltinho já encerrou? Obrigado. Quer fazer mais uma?

ELBER BATALHA - PSB - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Eu não vou mais fazer pergunta não, só vou fazer uma... Até uma informação a doutor Paulo. Sugiro também que o senhor peça para os seus técnicos analisarem o contrato do Natal deste ano. Novamente, o contrato está sem indicação da fonte de pagamento.

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Tem indicação da fonte. 1.500.

ELBER BATALHA - PSB - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

A assessoria teria dito que não achou. Não foi?

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Ah, veja... Agora eu posso falar como membro do Cogest?

ELBER BATALHA - PSB - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Mas tem no contrato?

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Vereador...

ELBER BATALHA - PSB - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

No instrumento?

PAULO MÁRCIO RAMOS CRUZ – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Vereador, deixa eu explicar. Pronto. Quando chegou essa, e aí um ponto interessante, foi feito o pedido para abertura de licitação para contratação de empresa responsável pelo... A luz do Natal mudou, né? E foi feito o pregão eletrônico. No pedido que foi encaminhado ao Cogest, já constava a Fonte 1.500. A primeira coisa que eu vi. A primeira coisa que eu vi: Fonte 1.500. Não temos utilização, em hipótese alguma, nem sequer remotamente a reutilização da COCIP. Posso assegurar a Vossa Excelência, que, no memorando encaminhado ao Cogest, para pedido de autorização, já constava a Fonte 1.500. Foi feito o pregão eletrônico, a empresa vencedora, sete empresas disputaram, a empresa vencedora, salvo engano, o valor esse ano ficará em R\$

5,290 milhões. Uma economia de 44% em relação ao valor orçado. Serviu de referencial para a própria... E, em relação ao Natal de 2024, uma economia de mais de 50%.

ELBER BATALHA - PSB - MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

É. Mas é 50% da abrangência também. São menos dias e são apenas oito bairros. É uma árvore de Natal só. Antes eram 15 bairros, quatro árvores de Natal. Apesar disso, ainda acho caro o outro também. Não estou dando uma justificativa. Estou fazendo só um contraponto a essa questão. Agora, eu queria, Moacir, que a gente verificasse depois, claro que não agora, porque a gente analisou o contrato e não encontrou, e é uma exigência que esteja no contrato, no objeto do contrato, a indicação da fonte. Talvez esteja no extrato e não esteja no contrato. Não está no contrato, está no termo de referência em anexo. Ok. Está bom, obrigado.

PAULO MÁRCIO RAMOS – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Vereador, só para, se está constando no termo de referência a fonte, significa que não pode ser feita assinatura do contrato com outra fonte. Para mudar a fonte teria que fazer um aditivo, passar pela PGM. E eu asseguro a Vossa Excelência que isso não foi feito, porque a fonte realmente é a Fonte 1.500, que é, a nosso ver, a fonte correta para esse tipo de despesa.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Por fim, reitero a minha sugestão de que, por favor, recoloque esse contrato na sua sindicância.

PAULO MÁRCIO RAMOS – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Vamos apreciar, vamos apreciar. Não posso garantir, mas vamos apreciar.

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA CPI DO NATAL ILUMINADO

E que com relação ao final do ano, dá para corrigir até o final do ano o pagamento de 25, mas não dá para corrigir o pagamento de 24, não é? Porque já foi feito e já é da gestão passada. Então, acho que é de suma importância que a CGM...

PAULO MÁRCIO RAMOS – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Faremos isso. O objetivo aqui é a defesa da transparência, da moralidade, da legalidade, e, sobretudo, a defesa do erário. Eu acho que esse sentimento aqui é comum a todos nós. É o sentimento da prefeita Emília e o que puder ser feito, o que puder ser

feito, quando eu digo puder é do ponto de vista legal, para corrigir qualquer falha, pode ter certeza que contará com o empenho deste controlador e com a aprovação e o desejo da nossa prefeita Emília Corrêa.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Vereador Breno Garibalde.

BRENO GARIBALDE – REDE – RELATOR DA CPI DO NATAL ILUMINADO

Por fim, Paulo, só queria, já é uma questão mais subjetiva, mas entender como você; na verdade, queria saber o seu entendimento sobre a legalidade da inexigibilidade da licitação que foi feita na gestão passada e o papel da Controladoria da Emsurb na gestão passada, porque parece que não houve, né, pelos documentos que a gente recebeu.

PAULO MÁRCIO RAMOS – CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Vereador Breno, veio em muito boa hora essa pergunta, porque nós acabamos de submeter à prefeita Emília Corrêa uma minuta de instrução normativa, justamente para, digamos assim, consolidar os instrumentos de controle interno, no âmbito da administração pública direta e indireta, inclusive estabelecendo o que está na Lei 14.133, que é - em relação às contratações públicas - o sistema ou o modelo das três linhas de defesa. Então, essa primeira, se você observar, se houve uma falha, quando você devia ter, por exemplo, uma licitação, por que escolheram a modalidade inexigibilidade, que é uma contratação direta? No primeiro momento, se você tem uma instrução normativa ou um decreto válido, um decreto que foi ali, digamos assim, referendado pelo, ou uma instrução normativa, mas que foi referendado pelo chefe do Executivo Municipal, você vai ter ali agente de contratação, comissão de contratação, os servidores envolvidos, todos alinhados ali para, desde a fase, a chamada fase interna, que você faz aquele documento de formalização de demanda, aí tem que ser exatamente na hora de fazer o termo de referência. Quando você faz o estudo técnico preliminar, para descrever a necessidade, e você vai apresentar a solução para suprir aquela necessidade, é a hora que você vai ter que dizer ali qual vai ser a solução adotada pela administração. E não para alguém fazer elucubrações, “mas eu acho que um trabalho artístico...” Tem envolvido trabalho artístico. O trabalho artístico tem os desenhos, tem as confecções, mas é assim, é um serviço comum. Se fosse um trabalho artístico, trabalho artístico, seria pela modalidade concurso, que está prevista na Lei 14.133. Mas

aquilo ali é um serviço comum, não é nem serviço especial, é comum. Então, se é serviço comum, qual é o instrumento? Pregão eletrônico. E a meu ver não há justificativa para a contratação direta. É uma resposta, entendeu, é o que eu acho, obviamente, quem assim o fez terá todo direito de se defender e justificar por que fez essa escolha.

PRESIDENTE ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Mais alguma pergunta? Não? Queremos agradecer, doutor Paulo Márcio, pela presença. Acho que foram bastante esclarecedoras as suas informações. Acho que nós atravessamos aqui essa, cumprimos mais uma tarefa com muito êxito e com muita democracia e respeito por todas as testemunhas. Agradecer a todos os vereadores. Nós teremos nova reunião. Vamos pensar a data, não vamos sair com a data hoje não, mas, na próxima terça-feira, na sessão, a gente estabelece a nova data. Pode ser assim? Muito obrigado a todos e todas, aos advogados e assessores pela paciência. A todos um bom final de semana. Já estamos na sexta-feira, não é, Alex? Vamos... E temos agora, ali na antiga Alfândega, estaremos homenageando o ex-educador Luiz Antônio Barreto. Todos convidados. Obrigado. Centro Cultural Luiz Antônio Barreto.

[REUNIÃO ENCERRADA]

Texto revisado por Sílvia Souza Santos Vasconcelos.